



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

VITORIA MERCIA SANTOS DE SOUSA

**CAMINHOS EM DIREÇÃO À BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA ACESSÍVEL:
diagnóstico e mapeamento de intervenções necessárias na biblioteca da Universidade
Regional do Cariri, campus Pimenta**

JUAZEIRO DO NORTE

2017

VITORIA MERCIA SANTOS DE SOUSA

**CAMINHOS EM DIREÇÃO À BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA ACESSÍVEL:
diagnóstico e mapeamento de intervenções necessárias na biblioteca da Universidade
Regional do Cariri, campus Pimenta**

Trabalho de Conclusão de Curso em forma de Monografia apresentado ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador (a): Profa. Ma. Fabiana Aparecida Lazzarin.

JUAZEIRO DO NORTE

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

S725c

Sousa, Vitoria Mercia Santos de.

Caminhos em direção à biblioteca universitária acessível: diagnóstico e mapeamento de intervenções necessárias na biblioteca da Universidade Regional do Cariri, Campus Pimenta / Vitoria Mercia Santos de Sousa. – 2016.

83f. il., color.; enc. ; 30 cm.

TCC (Graduação) – Universidade Federal do Cariri, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Biblioteconomia, Juazeiro do Norte, 2016.

Orientação: Prof^ª. Ma. Fabiana Aparecida Lazzarin.

1. Acessibilidade. 2. Acessibilidade em Bibliotecas Universitárias. 3. Inclusão. 4. URCA. I.
Título.

CDD 027.7

VITORIA MERCIA SANTOS DE SOUSA

**CAMINHOS EM DIREÇÃO À BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA ACESSÍVEL:
diagnóstico e mapeamento de intervenções necessárias na biblioteca da Universidade
Regional do Cariri, campus Pimenta**

Trabalho de Conclusão de Curso em forma de Monografia apresentado ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em ____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Ma. Fabiana Aparecida Lazzarin
Universidade Federal do Cariri
(Orientadora)

Prof^ª. Ma. Irma Gracielle Carvalho de Oliveira Souza
Universidade Federal do Cariri
(Membro Interno)

Prof^ª. Dra. Maria Cleide Rodrigues Bernardino
Universidade Federal do Cariri
(Membro Interno)

JUAZEIRO DO NORTE

2017

Dedico esta monografia a minha família, meu porto seguro em um mar revolto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que sempre esteve presente nesta longa e árdua jornada acadêmica;

Agradeço aos meus pais, Maria Luzia Santos de Sousa e Valdir Lucas de Sousa pelo apoio incondicional dedicados nesta etapa. Meus irmãos, João Bosco, Cicero e Francisco César, pela dedicação, auxílio e paciência. E todos os meus familiares que de alguma forma contribuíram na minha trajetória acadêmica;

Agradeço as colegas de graduação, Suellen Lôbo, Isabel David, Daniely Pinheiro, Liliane Pereira, Cicera Daniela e Aline Barros, pela amizade e saberes compartilhados;

Agradeço em especial, a professora Ma. Fabiana Aparecida Lazzarin, pela orientação, incentivo e apoio, que tornou o processo de elaboração deste trabalho fonte de crescimento pessoal e profissional;

Agradeço à banca avaliadora deste trabalho, nas pessoas da professora Dra. Maria Cleide Rodrigues Bernardino e da professora Ma. Irma Gracielle Carvalho de Oliveira Souza, que gentilmente aceitaram o convite para compor este importante momento acadêmico;

Agradeço aos professores do curso de Biblioteconomia, por todo ensinamento partilhado;

Agradeço à Universidade Federal do Cariri por possibilitar uma graduação de qualidade, bem como possibilitar a participação nas mais diversas atividades de pesquisa, extensão, cultura e ensino.

“Para que haja respeito coletivo é necessário colocar-se no lugar do outro, pois só assim será possível entendê-lo promovendo o respeito às diferenças”.

(Gina Brito)

RESUMO

A acessibilidade é um direito fundamental para a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. É primordial promover condições iguais de acesso nas esferas do ensino superior para que todos possam usufruir do conhecimento oferecido naquele espaço. E a biblioteca como integrante do ambiente acadêmico pode oferecer um espaço de inclusão social. Desta forma, o presente trabalho apresenta como objetivo principal o mapeamento das ações necessárias para que a biblioteca universitária da Universidade Regional do Cariri, campus Pimenta, se torne um espaço de inclusão nas instâncias do ensino superior. O referencial teórico compreende aspectos referente aos conceitos de acessibilidade, trajetória histórica e aspectos legais e normativos relacionados ao tema, bem como, o conceito, missão, evolução da biblioteca universitária. O estudo está vinculado ao método indutivo, para o procedimento de coleta de dados o método utilizado foi o observacional, já a interpretação dos dados obedecerá aos procedimentos próprios da pesquisa qualitativa. Quanto aos fins refere-se uma pesquisa de cunho intervencionista. A coleta de dados foi feita através de um instrumento em forma de *checklist* contendo itens de avaliação, organizado logicamente, a partir das categorias acessibilidade arquitetônica, acessibilidade comunicacional, acessibilidade à informação e acessibilidade metodológica. Por fim, apresentamos considerações sobre o diagnóstico realizado, onde constatamos que a biblioteca está longe de oferecer acessibilidade aos estudantes com deficiência, o que nos impele indicar soluções urgentes na estrutura física, nos produtos, serviços e informações para promover um ambiente informacional acessível.

Palavras-chave: Acessibilidade. Acessibilidade em Bibliotecas Universitárias. Inclusão. URCA

ABSTRACT

Accessibility is a fundamental right for the inclusion of persons with disabilities in society. It is essential to promote equal conditions of access in the spheres of higher education so that everyone can take advantage of knowledge offered in that space. And the library as a constituent of the academic environment can provide a space for social inclusion. Thus, the present work presents the main objective of the mapping of the actions necessary for the University Library of the Regional University of Cariri, pepper, becomes a space of inclusion in instances of higher education. The theoretical framework includes aspects relating to accessibility concepts, historical trajectory and legal and regulatory aspects related to the topic, as well as the concept, mission, development of the University Library. The study is bound to the inductive method, for the data-collection procedure the method used was the observational, data interpretation will obey the procedures of qualitative research. As for purposes refers to a search of interventionist nature. Data collection was done via a checklist shaped instrument containing assessment items, organized logically, from the architectural accessibility categories, communicational, accessibility to information accessibility and accessibility methodology. Finally, we present considerations for diagnosis, where we find that the library is far from offering accessibility to students with disabilities, what impels us indicate urgent solutions in physical structure, products, services and information to promote an informational environment accessible.

Keywords: Accessibility. Accessibility in university libraries. Inclusion. URCA

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Dimensionamento de rampas.....	38
Figura 2 Terminais de consulta: vista lateral.....	40
Figura 3 Estantes em bibliotecas: vista frontal.....	41
Figura 4 Símbolo Internacional do Acesso.....	42
Figura 5 Símbolo Internacional de pessoas com deficiência visual.....	43
Figura 6 Símbolo Internacional de Pessoas com Deficiência Auditiva.....	43
Figura 7 Símbolos complementares: atendimento preferencial.....	44
Figura 8 Símbolos complementares: pessoa com deficiência visual acompanhada de cão guia.....	44
Figura 9 Símbolos complementares: sanitários.....	45
Figura 10 Símbolos complementares: circulação.....	45
Figura 11 Relevo do piso tátil direcional.....	57
Figura 12 Relevo do piso tátil de alerta.....	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Categorias de análise dos dados.....	22
Quadro 2	Legenda das siglas utilizadas no diagnóstico de acessibilidade.....	51
Quadro 3	Acessibilidade Arquitetônica / Entorno da Biblioteca.....	52
Quadro 4	Acessibilidade Arquitetônica / Estacionamento da Biblioteca.....	53
Quadro 5	Acessibilidade Arquitetônica / Entrada.....	55
Quadro 6	Acessibilidade Arquitetônica / Pisos.....	56
Quadro 7	Acessibilidade Arquitetônica / Rampas, escadas e degraus.....	58
Quadro 8	Acessibilidade Arquitetônica / Sanitários.....	58
Quadro 9	Acessibilidade Arquitetônica / Mobiliários e equipamentos.....	59
Quadro 10	Acessibilidade Comunicacional.....	62
Quadro 11	Acessibilidade à Informação.....	64
Quadro 12	Acessibilidade Metodológica.....	66

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BU	Biblioteca Universitária
IBGE	Instituição de Ensino Superior
IES	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
NBR	Norma Reguladora Brasileira
ONU	Organizações das Nações Unidas
TA	Tecnologia Assistiva
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
URCA	Universidade Regional do Cariri

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	PROBLEMA DA PESQUISA.....	15
1.2	JUSTIFICATIVA.....	15
1.3	OBJETIVOS.....	18
1.3.1	Objetivo Geral.....	18
1.3.2	Objetivos Específicos.....	18
1.4	Estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso.....	18
2	PERCURSO METODOLÓGICO.....	20
2.1	CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS DA PESQUISA.....	20
2.2	CARATERIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI, CAMPUS PIMENTA.....	21
2.3	CARACTERIZAÇÃO DO INSTRUMENTO DE COLETA E DA ANÁLISE DOS DADOS.....	22
3	ACESSIBILIDADE.....	23
3.1	CONCEITO.....	23
3.2	BREVE REFLEXÃO SOBRE O HISTÓRICO.....	24
3.3	ALGUNS ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS.....	27
4	BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA.....	32
4.1	CONCEITO E MISSÃO.....	32
4.2	BREVE REFLEXÃO SOBRE O HISTÓRICO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA.....	33
5	RELAÇÃO DAS BIBLIOTECAS COM ACESSIBILIDADE.....	36
5.1	ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA.....	36
5.1.1	Mobiliários e Equipamentos.....	39
5.2	ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL.....	41
5.3	ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO.....	46
5.4	ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA.....	49

6	DIAGNÓSTICO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA URCA, CAMPUS PIMENTA E MAPEAMENTO DAS INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS.....	51
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
	REFERÊNCIAS.....	70
	APÊNDICE.....	76

1 INTRODUÇÃO

Na concepção da Sociedade da Informação as transmissões de dados devem ocorrer a baixo custo com tecnologias de armazenamento amplamente utilizadas e informações fluindo a velocidade e em quantidade antes inimagináveis, através das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), transmitidas em tempo real, circulando entre as pessoas ao redor do mundo e com agilidade no processamento.

Nesse contexto, a informação assume valores políticos, religiosos, sociais, antropológicos e econômicos de forma estratégica e basilar para a construção do conhecimento, além de se colocar como elemento fundamental para que as pessoas possam garantir seu espaço de liberdade e de autonomia.

Todavia, a Sociedade da Informação ainda não atua de forma ideal, pois a supressão dos direitos e exclusões nas mais variadas instâncias segregam uma parcela significativa da população, usurpando seus direitos de acesso democratizado, universal e global à informação e ao conhecimento.

As barreiras enfrentadas pela população podem assumir os mais distintos graus de complexidade, desde atividades que fazem parte do cotidiano e que capacitam para o prazer da auto-suficiência, como deslocar-se com independência, até às questões que exigem um processo de ensino-aprendizagem no domínio das “novas” tecnologias como forma de capacitação para o mercado de trabalho.

Desta forma, traz-se à baila a discussão sobre as pessoas com deficiência e o enfrentamento de suas dificuldades no momento da inclusão escolar, que na maior parte dos casos, omitindo-se uma diretriz de ação desde a educação básica arrola-se até o ensino superior e assim, favorece-se a perpetuação de estigmas e tabus que cerceiam atitudes discriminatórias em uma sociedade que deveria ser mais acolhedora e solidária.

Dialogando no âmbito do ensino superior, a garantia de acesso dos alunos com deficiência tem amparo na regulamentação da Lei nº 13.146, de 06 de junho de 2015, instituída com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Entre suas atribuições, ela garante o direito das pessoas com deficiência à educação em todos os níveis (BRASIL, 2015).

Destarte, compreendemos que compete às universidades públicas e as faculdades privadas a responsabilidade na garantia de condições básicas de acesso e permanência dos alunos com deficiência, bem como sua inclusão social e educacional nas instâncias do ensino superior. Assim, a Biblioteca Universitária (BU), como parte integrante do espaço

universitário, não deve apresentar-se com um ambiente de exclusão, ao inverso, é primordial que seu espaço seja sinônimo de inserção e convivência.

Neste preâmbulo as BUs como disseminadoras do conhecimento científico, na qual nutre a missão de promover o acesso e incentivar o uso das fontes de informação, devem estar preparadas para atender as necessidades do seu grupo diversificado de usuários quanto ao acesso à informação. Uma vez que a sociedade informacional só será formada quando existir uma política de inclusão com o objetivo de promover efetivamente aos cidadãos o acesso à informação, de acordo com suas especificidades.

Deste modo, as unidades de informação precisam ser pensadas tendo em vista a disponibilização de maneira acessível das fontes, serviços e produtos informacionais, através da presença da acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental e a informação, aspectos estes de fundamental importância na construção de uma biblioteca acessível, que permitirá a inclusão das pessoas com deficiência, tanto no ambiente do ensino superior, como também na sociedade como um todo.

Com o auxílio da Norma Reguladora Brasileira (NBR) 9050:2015 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que prevê a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamento urbano e do *Checklist* elaborado por Nicoletti (2010) analisamos a atual situação da biblioteca da Universidade Regional do Cariri, campus Pimenta e a partir do diagnóstico da conjuntura, buscamos mapear as intervenções necessárias no que tange a acessibilidade.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Quais ações são necessárias para que a biblioteca universitária se torne um espaço de inclusão nas instâncias do ensino superior, especialmente na realidade da biblioteca da Universidade Regional do Cariri, campus Pimenta?

1.2 JUSTIFICATIVA

Ao conquistar o acesso a um curso de graduação nos deparamos com as mais variadas tensões, entre elas, apresenta-se a permanência e a manutenção dos alunos nas Instituições de Ensino Superior (IES). Empiricamente nos deparamos com um fenômeno desafiador, a evasão nos sistemas educacionais.

Embora o Censo da Educação Superior do ano de 2014 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) aponte que entre os anos 2003 e 2014, a matrícula na educação superior aumentou 96,5%¹. Mas, segundo o Mapa do Ensino Superior, nos deparamos com uma evasão de 24,9%, sendo 27,4% na rede privada e 17,8% na pública dos cursos presenciais² (Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior, 2015).

Particularmente, em se tratando das pessoas com deficiência, a taxa de desistência nos cursos universitários brasileiros se torna um problema ainda mais agravante. Se por um lado nos últimos dez anos, o número de ingressos com algum tipo de deficiência cresceu, passou de 5.078 em 2003, para 29.221, no ano de 2013, conforme o Ministério da Educação (MEC) e INEP³ indica, por outro a continuidade deles esbarra em obstáculos de arquitetura, transporte, mobilidade urbana e também de acesso aos referenciais teóricos das disciplinas ministradas em sala de aula.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 garante o direito de todos à educação, independentemente de cor, raça, religião, e nesse caso, independentemente de qualquer deficiência. A Lei nº 13.146, estabelece que pessoas com deficiência tem direito de acessibilidade à educação em todos os níveis educacionais, em instituições públicas ou privadas, sendo assegurado ao aluno o atendimento de suas necessidades até a conclusão do curso, visando a diminuir as desigualdades e garantia de vida melhor, mediante uma educação de qualidade. Além do mais, determina ao poder público a designação de avaliar, criar, incentivar medidas nos ambientes que favoreçam o desenvolvimento acadêmico e social dos discentes com deficiência, auxiliando no acesso, participação e permanência nas IES. Mas apesar da existência destas leis e também de ações que enfatizam os direitos e a inclusão educacional, social, comunicacional, a realidade demonstra que exercer direitos das pessoas com deficientes não é uma tarefa simples. Visto que, para receber qualquer estudante com deficiência, as instituições devem passar por reformulações, a partir de políticas educacionais, implicando uma mudança estrutural e cultural da educação brasileira para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

¹ Disponível em

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2016.

² Disponível em <<http://convergenciacom.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

³ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16759-principais-indicadores-da-educacao-de-pessoas-com-deficiencia&Itemid=30192>. Acesso em: 22 nov. 2016.

Questões que passaram desde à estrutura física (rampas de acesso, elevadores, salas especiais, banheiros adaptados); a formação de professores e principalmente no que diz respeito ao acesso a informação, configura-se parte fundamental na construção do ensino, pesquisa e extensão, a base da universidade brasileira.

Para isso é crucial a atuação da biblioteca universitária em conceder equipamentos dotados de recursos para as deficiências (computadores com elementos de adaptação para cegos ou pessoas com alto grau de deficiência visual); acervo acessível; estrutura física nas dimensões estabelecidas pela Norma Brasileira (NBR) 9050:2015 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); treinamento do corpo de funcionários para que atendam corretamente os usuários com deficiência.

Desta forma, as temáticas acessibilidade e inclusão se tornam cada dia mais presente no seio da sociedade atual, em que cada vez mais estão percebendo que as diferenças não só devem ser aceitas, mas também acolhidas como auxílio para a construção do cenário acadêmico igualitário. No qual os discentes com deficiência precisam, não só da interação com os outros alunos, mas também, para que eles socializem e sintam-se inserido na sociedade em que vive, trabalhando na construção da sua sociedade, tanto em termos de aprendizagem, evolução física, autoestima, capacitação para o mundo do trabalho.

Por isso, esta pesquisa se fundamenta pela importância do tema, uma vez que campo de estudo da Biblioteconomia são apresentados diversos trabalhos, artigos e estudos tratando da acessibilidade de pessoas com deficiência nas bibliotecas universitárias, mostrando a inquietação dos profissionais com relação ao tema, pois percebem que através das práticas biblioteconômicas podem contribuir de forma significativa para a promoção de acessibilidade e inclusão social da comunidade de universitários com deficiência.

Perante as contratações discorridas, o trabalho fundamenta-se pela necessidade de pensar em BUs que atendam a contento pessoas com deficiência, considerando suas necessidades. Intervenções deverão se esmerar em promover a acessibilidade, que significa não apenas permitir que pessoas com deficiência participem de atividades que incluem o uso de produtos, serviços e informação, mas a inclusão e extensão dos mesmos, sem quaisquer restrições mínimas possíveis. Amparando em todos os processos da graduação.

No aspecto social, a proposta se justifica pela tentativa de apoiar o preparo do bibliotecário para prestar atendimento de qualidade às pessoas com deficiência que fazem uso de bibliotecas universitárias, sem receios ou preconceitos.

1.3 OBJETIVOS

Os objetivos do presente estudo estão divididos em geral e específicos.

1.3.1 Objetivo geral

Mapear as ações necessárias para que a biblioteca universitária da Universidade Regional do Cariri, campus Pimenta, se torne um espaço de inclusão nas instâncias do ensino superior.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Identificar os principais documentos oficiais e técnicos relacionados à acessibilidade nas instâncias do ensino superior;
- b) Refletir sobre as perspectivas teórico-conceituais do construto acessibilidade em biblioteca universitária;
- c) Selecionar critérios para avaliação da acessibilidade na biblioteca universitária da URCA, campus Pimenta;
- d) Elaborar um instrumento de diagnóstico para avaliação das condições de acessibilidade da biblioteca da URCA, campus Pimenta.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em termos estruturais, este trabalho de conclusão de curso é composto pela seção introdutória, a problemática referente ao tema, justificativa, objetivo geral e objetivos específicos

Seção 2 – Percurso metodológico, onde indicamos os procedimentos lógicos que deverão ser seguidos no processo desta investigação científica e possibilitarão aos pesquisadores decidir acerca do alcance desta pesquisa, assim relatamos nesta seção os métodos, a abordagem e tipo de estudo, bem como a caracterização do sujeito da pesquisa, do instrumento de coleta de dados e da análise de dados;

Seção 3 – Acessibilidade - discorreremos sobre os fundamentos teóricos referente ao construto acessibilidade no ensino superior com base na literatura técnico-científica produzida sobre a temática. Buscamos dissertar sobre os conceitos de acessibilidade, apresentar sua trajetória histórica, bem como os aspectos legais e normativos relacionados ao tema;

Seção 4 – Biblioteca universitária - ponderamos sobre o conceito, missão, evolução da biblioteca universitária;

Seção 5 – Relação das bibliotecas com acessibilidade - apontamos a relação das bibliotecas universitárias com a acessibilidade. A partir dos documentos abordados no referencial teórico, como leis, decretos, portarias, resoluções vigentes, NBR 9050:2015, bem como o *checklist* de Nicoletti (2010) e as classificações de Sasaki (2011), entre outros, foi possível compilarmos categorias de análise que dialogam a relação entre a biblioteca universitária com a acessibilidade. Consideramos quatro categorias: acessibilidade arquitetônica, tendo como subcategoria mobiliário e equipamentos da biblioteca; acessibilidade comunicacional; acessibilidade à informação e, acessibilidade metodológica;

Seção 6 – Diagnóstico da biblioteca universitária da URCA, campus pimenta - elaboramos um *checklist*, constituído com base nas quatro categorias discutidas na sessão cinco (5), acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, à informação e metodológica). Utilizamos este *checklist* como instrumento de diagnóstico das condições de acessibilidade na biblioteca universitária da URCA, campus Pimenta;

Seção 7 – Mapeamento das intervenções necessárias - expomos o mapeamento das intervenções necessárias para que a biblioteca universitária da Universidade Regional do Cariri, campus Pimenta seja um espaço de inclusão nas instâncias do ensino superior, e

Seção 8 – Considerações finais – aborda as discursões sobre os resultados alcançados no decorrer da pesquisa e, finalizando o documento com o quadro de referências.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção são apresentados os métodos para a realização do estudo, a abordagem e tipo de estudo, bem como a caracterização do sujeito da pesquisa, do instrumento de coleta de dados e da análise de dados.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS DA PESQUISA

Naquilo que concerne aos procedimentos lógicos que deverão ser seguidos no processo desta investigação científica e possibilitarão aos pesquisadores decidir acerca do alcance desta pesquisa, compreendemos que está vinculado a acepção do método indutivo. De acordo com Gil (2008) o método indutivo parte do particular para a generalização alicerçado nos dados obtidos particularmente. A partir das observações de fatos e fenômenos que deseja conhecer, por seguinte busca-se comparar com o propósito de descobrir a relação existente entre eles e finalmente efetua a generalização com base nas relações verificadas entre fatos e fenômenos.

Quanto aos meios se caracteriza como pesquisa bibliográfica, dialogando com Gil (2002), este tipo de pesquisa é desenvolvido com base em material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos. A partir dos textos julgados pertinentes para o tema, foi feita a leitura, análise e interpretação para estabelecer uma visão do objeto de estudo. O referencial teórico caminhou no sentido de abordar diversas fontes e ideias de vários autores que discorreram sobre a questão da acessibilidade no ambiente da BU.

Usamos como procedimento para coleta de dados o estudo observacional. Neste de tipo de análise o investigador atua como espectador de um fato que acontece ou aconteceu. A observação é considerada um instrumento de coleta de dados que visa obter informações sob determinada circunstância da realidade, assim ajuda o pesquisador a “identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 88).

A interpretação destes dados obedecerá aos procedimentos próprios da pesquisa qualitativa. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p.70)

A utilização desse tipo de abordagem difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades. Os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. Preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto.

Quanto aos fins desta pesquisa, refere-se a uma pesquisa de cunho intervencionista, conforme afirma Vergara (1997) a investigação intervencionista tem por objetivo interpor-se e inferir sobre a realidade estudada objetivando não somente apontar os problemas existentes neste espaço, mas também direcionar a biblioteca universitária para um processo de inclusão propondo possíveis soluções por meio do mapeamento das intervenções que poderão vir a ser necessárias neste ambiente.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI, CAMPUS PIMENTA

A Universidade Regional do Cariri – URCA, foi criada pela Lei Estadual nº 11.191, de 9 de junho de 1986, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 16 do mesmo mês e ano. Segundo seu Estatuto (CEARÁ, 1986, p. 2) “é uma instituição estadual de ensino superior, constituída como autarquia educacional de regime especial, vinculada à Secretaria de Educação do Estado do Ceará, com sede e foro na cidade do Crato”. A universidade possui campi nos municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Iguatu, Campos Sales, Missão Velha e Santana do Cariri, distribuídos entre os cursos de graduação, programas especiais e pós-graduação *latu-sensu*. A URCA baseia suas ações nos três pilares: ensino, pesquisa e extensão. E tem como missão “contribuir significativamente para a transformação da realidade regional, através de atividades de ensino, pesquisa e extensão, como agente ativo do processo de desenvolvimento da Região do Cariri, em sintonia com as aspirações da sociedade caririense”.⁴

A URCA mantém um sistema de bibliotecas, composto pela Biblioteca Central e por sete unidades setoriais. Escolhemos para a realização da pesquisa foi a Biblioteca Central localizado à Rua Antônio Luiz, 1611, Pimenta em Crato - CE, fornece serviços de informações aos alunos do Campus bem como, os das outras unidades tendo seu acervo à disposição da comunidade acadêmica que ali residem entre eles: Letras, Enfermagem, Geografia, História, Ciências Sociais, Educação Física, Ciências Biológicas, Ciências Econômicas e Pedagogia. A biblioteca presta serviços de informação e dão suporte as atividades de ensino aprendizagem, pesquisa e extensão além de atender à comunidade externa, porém autorizada somente a consultas locais de qualquer tipo de material. Com horário de funcionamento de 2ª a 6ª feira no horário de 08h às 21h30.

⁴ Disponível em < <http://www.urca.br/novo/portal/index.php/administracao-superior/missao#>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

2.3 CARACTERIZAÇÃO DO INSTRUMENTO DE COLETA E DA ANÁLISE DOS DADOS

O instrumento de coleta de dados escolhido para a pesquisa foi um *checklist* baseado e dividido em quatro categorias de análise sobre elementos relacionados à acessibilidade. Tais categorias foram pré-estabelecidas embasadas no referencial teórico da pesquisa. A seguir, no Quadro 1, as categorias pré-definidas que comporão a construção do *checklist*:

Quadro 1 – Categorias de análise dos dados

CATEGORIAS	
Categoria 1	Acessibilidade arquitetônica
Categoria 2	Acessibilidade comunicacional
Categoria 3	Acessibilidade à informação
Categoria 4	Acessibilidade metodológica

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

Os itens de avaliação foram elaborados por meio de perguntas fechadas, organizados logicamente, podendo obter as seguintes respostas pré-definidas: **sim**, para item de avaliação atendido; **não**, para item de avaliação não atendido; **parcialmente**, para item de avaliação parcialmente atendido e, **não se aplica**, para item de avaliação não se aplica.

Ressaltamos que para a construção do instrumento de coleta de dados nos ancoramos, principalmente, em Nicoletti (2011); na NBR 9050:2015 e Sasaki (2011).

3 ACESSIBILIDADE

3.1 CONCEITO

Podemos definir acessibilidade, segundo o dicionário Aurélio, como um substantivo que denota a qualidade do que é acessível (AURÉLIO, *on-line*).⁵ Partindo do princípio do qual as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, com as quais este termo começou a ser utilizado, o conceito engloba as condições e possibilidades de acesso para a utilização de produtos, serviços e informação independente da condição de cada um. Segundo a NBR 9050, (2015, p.2) acessibilidade é definida como:

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Assim permitindo às pessoas com deficiência exercerem atividades cotidianas, como trabalhar, estudar e realizar atividades de lazer. Ações que contribuem para sua devida inserção na sociedade. Para Melo (2006, p.17):

É bastante comum associá-la [a acessibilidade] primeiramente ao compromisso de melhorar a qualidade de vida dos idosos e de pessoas com deficiência (ex. perceptual, cognitiva, motora e múltipla), uma vez que essas pessoas, em geral, sofrem impacto direto da existência de barreiras nos vários ambientes, produtos e serviços que utilizam. Entretanto, acessibilidade ou possibilidade de alcance aos espaços físicos, à informação, aos instrumentos de trabalho e estudo, aos produtos e serviços diz respeito à qualidade de vida de todas as pessoas.

Logo percebemos que a questão da acessibilidade se torna ampla com o passar das décadas, uma vez que não está mais restrito apenas a eliminação de barreiras arquitetônica, mas também questões referentes ao acesso e uso de produtos informacionais. Para Torres, Manzoni e Alves (2002, p.1):

A acessibilidade é um processo dinâmico, associado não só ao desenvolvimento tecnológico, mas principalmente ao desenvolvimento da sociedade. Apresenta-se em estágios distintos, variando de uma sociedade para a outra, conforme seja a atenção dispensada à diversidade humana, por essa sociedade, à época.

⁵ Disponível em < <https://dicionariodoaurelio.com/acessibilidade>>. Acesso em: 10 de novembro de 2016.

Desta forma, para atender a contento todas as necessidades das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, é preciso reconhecer e promover a igualdade de oportunidades, requisito fundamental para a devida inclusão social. Em vista disso, Sasaki (2011) elencou os seguintes contextos da acessibilidade:

- a) acessibilidade arquitetônica:** este contexto da acessibilidade diz respeito a eliminação de barreiras físicas, em moradias, transportes coletivos e individuais, edificações, ambiente urbano e equipamento urbano;
- b) acessibilidade comunicacional:** forma de acessibilidade que trata da supressão das barreiras na comunicação, seja ela escrita, virtual ou interpessoal;
- c) acessibilidade metodológica:** também conhecida como acessibilidade pedagógica, versa sobre a inexistência de obstáculos nos métodos e técnicas de estudo;
- d) acessibilidade instrumental:** esta acessibilidade trata das questões referentes a não existência de barreiras nos instrumentos, equipamentos e ferramentas de estudo, trabalho, lazer e recreação;
- e) acessibilidade programática:** eliminação de barreiras nas políticas públicas, leis, decretos, normas e regulamentos e;
- f) acessibilidade atitudinal:** concerne na forma de compreender o outro sem preconceitos, discriminação e estereótipos.

Nesta abordagem dada por Sasaki percebemos que promover acessibilidade é mais que construir rampas, embora sejam fundamentais, mas não se configura como única medida a ser tomada. A acessibilidade precisa ser aplicada em outras esferas como na transfiguração de ações rotineiras, em instrumentos profissionais, recreativos, no acesso à educação, cultura, esporte e informação.

3.2 BREVE REFLEXÃO SOBRE O HISTÓRICO

Ao longo da história da humanidade e nas diversas civilizações, nota-se que a pessoa com deficiência recebeu tratamentos ora de aceitação, ora de rejeição e até mesmo de execução. Na Grécia Antiga, mais precisamente na cidade de Esparta, era imposto por lei que os pais de qualquer recém-nascido tinham que levar o bebê a um conselho oficial composto por anciãos de reconhecida autoridade, que examinavam e tomavam conhecimento oficial do novo cidadão (SILVA, 2009). As crianças consideradas incapacitadas para os serviços no exército espartano eram deixadas para morrer.

Após uma longa jornada através dos séculos em busca da conquista de direitos, respeito e igualdade, a visão sobre a pessoa com deficiência começou a mudar em decorrência do amadurecimento da civilização, de descobertas da ciência, das transformações culturais e econômicas.

Os comportamentos de exclusão foram atenuando-se, desse modo à sociedade buscou se apropriar de uma vertente mais humanista com percepções de aceitação de que todos os indivíduos podem e devem assumir seus lugares dentro da sociedade organizada, tendo plena capacidade de desempenhar um ofício e direito à educação.

É compreensível que essas mudanças não se deram de maneira rápida e homogênea nos diversos territórios populacionais, assim sendo, Sasaki (2011) discorre que a terminologia "acessibilidade" começou a ser utilizada recentemente.

Historicamente, a origem do uso desse termo com o objetivo de designar a condição de acesso das pessoas com deficiência, está associado ao surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional, no final da década de 40 e início dos anos 50, marcados pelos esforços de reintegração no ambiente de trabalho e na sociedade como um todo de pessoas reabilitadas. Este procedimento se deparou com a existência de barreiras arquitetônicas, falta de estruturas adequadas nos edifícios urbanos, casas, avenidas e meios de transporte (SASSAKI, 2011).

Com o *Pojeto Livre de Barreiras* desenvolvidos nos Estados Unidos e Europa, na década de 60 a preocupação continuou voltada às questões arquitetônicas por meio do acesso à edificações por usuários de cadeiras de rodas.

Com o passar dos anos as discussões ganham notoriedade, e em 1981, a questão da acessibilidade alcança destaque internacional a partir da proclamação da Organização das Nações Unidas (ONU) do Ano Internacional da Pessoa com Deficiência; tal fortalecimento culmina com a criação de inúmeras legislações cujo objetivo é atrair as atenções para a criação de planos de ação na tentativa de dar ênfase à igualdade de oportunidades, reabilitação e prevenção de deficiências.

O Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, sob o tema "Participação Plena e Igualdade" foi crucial, pois colocou as pessoas com deficiência no centro das discussões no mundo. Assim, inúmeras campanhas foram realizadas para chamar atenção da sociedade e requerer a eliminação das barreiras arquitetônicas (desenho adaptável) e também a não inserção delas nos projetos de arquitetura (desenho acessível), conforme dialogado por Emmanuelli (2009, p. 37):

Pelo desenho adaptável, a preocupação era no sentido de adaptar os ambientes obstrutivos; já pelo acessível, a preocupação estava em exigir que os arquitetos, engenheiros, urbanistas e desenhistas industriais não incorporassem elementos obstrutivos nos projetos de construção de ambiente e utensílios. Tanto no desenho adaptável como no acessível, o beneficiado específico era a pessoa com deficiência.

Ainda na década de 80, surgiu o conceito de inclusão, que sobrepõe-se ao de integração. Dialogando com Werneck (2002) para que haja **inclusão**, a inserção deve ocorrer de maneira total e incondicional, exigindo rupturas, mudanças e transformações nos sistemas de tal forma que sejam beneficiadas toda e qualquer pessoa. Neste caso, a sociedade se adapta para atender às necessidades das pessoas com deficiência, e, com isso, se torna mais atenta às necessidades de todos, trazendo para dentro do sistema os grupos excluídos. De acordo com a autora, o adjetivo inclusivo deve ser usado quando se busca qualidade de vida para todas as pessoas com e sem deficiência; valoriza-se a individualidade, cada pessoa tem o direito de ser bom ou não em algo, independentemente das limitações e trabalha-se com elas e a partir delas.

No entanto, a nomenclatura **integração** está condicionada à inserção parcial e condicional, pedem-se concessões aos sistemas e mudanças que visam prioritariamente às pessoas com deficiência; as transformações são superficiais e as pessoas com deficiência se adaptam às necessidades dos modelos já existentes na sociedade, que faz apenas ajustes. Defende-se o direito das pessoas com deficiência que são inseridas no sistema como “grupos de excluídos que provaram estar aptos”. O adjetivo integrador é usado quando se busca qualidade nas estruturas que atendem apenas as pessoas com deficiência consideradas aptas; não se valoriza a individualidade; perpetua-se a ideia de blocos homogêneos e, busca-se disfarçar as limitações para aumentar a possibilidade de inserção e apenas a presença de pessoas com e sem deficiência no mesmo ambiente já tende a ser suficiente para o uso do adjetivo “**integrador**”

Nos anos 90, com a disseminação do uso da Internet introduziu-se novas oportunidades para as pessoas com deficiência em relação ao estudo, ao lazer e ao trabalho. O desenvolvimento das tecnologias associadas à informática veio suprir as dificuldades de acesso à informação, aproximando-se ao que atualmente é definido como *desenho universal*, sendo a junção dos aspectos de mundo físico como o do mundo digital. Este modelo visa a geração de produtos, programas, ambientes e serviços para serem usados por todas as pessoas, sem a necessidade de adaptação ou projeto específico.

Neste contexto as tecnologias voltadas para o acesso a informação vêm tornando a vidas das pessoas com deficiência mais produtiva, pois através delas é possível adquirir conhecimento por meio da escrita e leitura. Desta forma simplificando a vidas dessas pessoas que por muitos anos viveram estigmatizados do mundo das tecnologias computacionais.

As Tecnologias Assistivas, termo definido pelo Comitê de Ajudas Técnicas da Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, são um conjunto de mecanismos e instrumentos com o objetivo de proporcionar às pessoas com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social. A Tecnologia Assistiva compreende diversas áreas, que vão desde a recursos pedagógicos adaptados, equipamentos para uso diário, programas de computador, utensílios de auxílio à pessoas com deficiência visual e/ou baixa visão. De acordo com Bersche e Tonolli (2006)⁶

Podem variar de uma simples bengala a um complexo sistema computadorizado. Estão incluídos brinquedos e roupas adaptadas, computadores, softwares e hardwares especiais, que contemplam questões de acessibilidade, dispositivos para adequação da postura sentada, recursos para mobilidade manual e elétrica, equipamentos de comunicação alternativa, chaves e acionadores especiais, aparelhos de escuta assistida, auxílios visuais, materiais protéticos e milhares de outros itens confeccionados ou disponíveis comercialmente.

Tais tecnologias apresentam-se como recurso fundamental para o desenvolvimento de novos horizontes nas questões de ensino, desenvolvimento da aprendizagem e também se configuram excelentes formas do desempenho da autonomia. Além disso, são ferramentas construtivas na inclusão educacional e social.

3.3 ALGUNS ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS

A questão da acessibilidade vem sendo discutida por diferentes segmentos da sociedade. Neste intuito, organizações nacionais e mundiais já se reuniram em torno desta temática, debatendo soluções, firmando compromissos e metas, além da busca para desenvolver legislações e normas próprias neste sentido (NICOLETTI, 2010).

O Brasil se encontra bem desenvolvido no que tange à legislação sobre acessibilidade. A Constituição Federal Brasileira determina direitos amplamente reconhecidos e estabelece garantias para a inserção de pessoas com deficiência ao ensino superior; contudo, a inclusão de fato ainda caminha de forma morosa e arrastada.

Ressaltamos que os direitos se constituem em uma lista de bens e serviços que o governo entrega aos indivíduos e, as garantias asseguram que esses bens e serviços cheguem, igualmente, a todos os indivíduos de uma nação. Tais garantias são normas positivas

⁶ Documento on-line não paginado

explicadas na Constituição Federal, ou em qualquer outro tipo de lei, que assegurem e protejam um determinado direito (BRASIL, 2012) (LAZZARIN, 2014).

Pondera-se que desde 1988, com a redação da nova Constituição do Brasil, a acessibilidade foi contemplada nos quesitos edificações e transportes, determinando que a lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas com deficiência (BRASIL, 1988).

Desde então a temática ganhou notoriedade, possibilitando o surgimento de inúmeras leis e decretos tanto federais, quanto estaduais e municipais. Entre eles podemos destacar a primeira legislação de âmbito nacional, a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, estabelecendo normas que garante os direitos individuais e sociais das pessoas “portadoras de deficiência” bem como sua integração social. Ratifica os direitos básicos da igualdade de oportunidade, respeito à dignidade da pessoa humana e atesta que ações governamentais são substanciais para o cumprimento desses direitos, desta forma, buscou estabelecer diretrizes para políticas públicas e criou a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Deficiente (CORDE), vinculada ao então Ministério da Ação Social (BRASIL, 1989).

Em 1993, surge a Política Nacional para a Integração da Pessoa “Portadora” de Deficiência por meio do Decreto nº 3. 289, que regulamenta a Lei nº 7. 853, de 24 de outubro de 1989, garantindo que cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. O Decreto ainda discorre sobre o acesso à educação, onde as instituições de ensino devem oferecer serviços especializados de apoio às pessoas com de deficiência, tais como: adaptações do material pedagógico, capacitações dos recursos humanos, eliminação de barreiras físicas, ambientais e de comunicação (BRASIL, 1989).

Naquilo que concerne à terminologia “portadores de deficiência”, cabe esclarecer que tal termo não corresponde, na atualidade, a uma perspectiva inclusiva, sendo obsoleto e equivocado. A fim de desencorajar práticas discriminatórias e construir uma sociedade inclusiva, pessoas com deficiência vêm ponderando que elas não portam deficiência como algo que se carrega e a qualquer momento pode-se desvencilhar. Após debate mundial, o texto

da Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, elaborado pelo Comitê Especial da Organização das Nações Unidas, aprovou os termos “pessoa com deficiência” e “pessoas com deficiência” (VIVARTA, 2004) (LAZZARIN, 2014).

Em 19 de Dezembro de 2000, a Lei nº 10.098, diferentemente das demais leis e decretos, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Aludindo sobre as normas e critérios básicos para acessibilidade mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação (BRASIL, 2000).

Diante da perspectiva da inclusão, em 24 de abril de 2007, o Ministério da Educação, no uso de suas atribuições legais dispõe a Portaria Normativa nº 14 e criou o “**Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior**”, a qual implementa o Decreto nº 5.296/2004, sobre normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, designadas pela Constituição Federal como “portadoras de deficiência” (BRASIL, 2007) (LAZZARIN, 2014) (BRASIL, 2004).

Neste decreto, fica determinado que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade pública ou privada proporcionará condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para as pessoas com deficiência, inclusive implementando salas de aula, bibliotecas, entre outros (BRASIL, 2007) (LAZZARIN, 2014) (BRASIL, 2004). Em consonância a este decreto, considera-se:

- a) deficiência física:** alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física;
- b) deficiência auditiva:** perda parcial ou total, causada pela má formação ou lesão na orelha ou no aparelho auditivo;
- c) deficiência visual:** perda parcial ou total da visão, congênita ou adquirida. De acordo com o nível de acuidade surgem dois grupos de deficiência: cegueira perda total da visão ou capacidade baixa de enxergar, assim as pessoas com essa deficiência, precisam do sistema Braille como meio de leitura e escrita. Outro grupo denominado de baixa visual ou visão subnormal, onde há comprometimento da visão, pessoas com essa deficiência podem ler textos impressos com o auxílio de recursos de ampliação;
- d) deficiência mental:** funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas;

e) deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências e,

f) pessoa com mobilidade reduzida: aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

Em 2009, a então CORDE foi elevada ao status de Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, criada através da Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009 e do Decreto nº 6.980, de 13 de outubro de 2009. Em 2010, chega ao nível de Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência por meio do Decreto nº 7.256/10.⁷ Hoje a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, é órgão integrante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, criada pela Lei nº 11.958/2009 e Decretos Nº 6.980/2009 e Nº 7.256/10.

Em 17 de novembro de 2011, por meio do Decreto nº 7.612, dialogou-se de forma mais profícua sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado, estabelece como as diretrizes: asseguar de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem distinção e com base na igualdade; adoção de medidas individualizadas e efetivas em ambientes que auxiliem no desenvolvimento acadêmico e social e não exclusão do sistema educacional sob argumentação de deficiência (BRASIL, 2011).

Recentemente foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, onde dispões assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Explana definições de acessibilidade arquitetônica, comunicacional, instrumental, à informação, atitudinal; desenho universal e tecnologias assistivas (BRASIL, 2015).

A Lei nº 13.146 estabelece os direitos inerentes à qualidade de vida das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Assim oferecem equidade de oportunidade e busca proteger eles de toda forma de discriminação ou segregação. Desta forma ela determina o de receber o atendimento prioritário em todo e qualquer serviço, assim como o direito à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho, à assistência social, à previdência social, à cultura, ao esporte, ao turismo, ao lazer, ao transporte, à mobilidade, comunicação e acesso a informação. Em relação a este último destacamos que a lei estabelece que a administração pública precisa

⁷ Disponível em <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sobre-a-secretaria/historico>>. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

adotar mecanismos de incentivo à produção, edição, difusão, distribuição e comercialização de livros em suportes acessíveis.

Para o abastecimento e atualização do acervo de bibliotecas em todos os níveis da educação, inclusive em bibliotecas públicas, considerando os formatos acessíveis ou arquivos digitais que podem ser acessados por softwares leitores de tela ou outras tecnologias assistivas, que permita a leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille, com objetivo de garantir às pessoas com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação. Em consonância com estas diretrizes citadas acima da Lei nº 13.146, apresentamos também a NBR 9050:2015, a qual reporta às questões de acessibilidade nas unidades de informação. Assim as bibliotecas se beneficiam da aplicação dessas duas normas na prestação de serviços e produtos acessíveis.

4 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

4.1 CONCEITO E MISSÃO

As bibliotecas universitárias são unidades de informação vinculada à uma instituição de ensino superior, seja pública ou particular. Podemos afirmar que é um complexo de serviços de informação cuja função está baseada na organização, tratamento, acesso e uso de informações técnico-científicas. Dispõe de um conjunto de materiais bibliográficos e documentários destinados a suprir as necessidades de informação de um público composto por corpo docente, discentes e servidores da instituição de ensino a qual está inserida. De acordo com Machado e Blattmann (2011, p. 10):

Biblioteca universitária compreende a biblioteca de universidades e faculdades. Serve de apoio ao ensino, pesquisa e extensão, através da prestação de serviços aos alunos de graduação, pós-graduação, professores e funcionários da instituição na qual está inserida, bem como promove a cooperação e o intercâmbio de ideias e conhecimentos científicos com outras bibliotecas e a sociedade em geral.

Sua missão dentro da academia é disponibilizar serviços e produtos que irão possibilitar o acesso e a recuperação de informações pertinentes relacionadas, entre outros, aos cursos oferecidos pela universidade na qual está subordinada, proporcionando localizar bibliografias e outros materiais em diversos suportes informacionais. Busca subsidiar os conteúdos estudados em sala de aula, bem como as demais atividades voltadas para o ensino, a pesquisa e a extensão, o famoso tripé das universidades brasileiras, incorporados ao pilar indissociável da cultura, conforme ressaltado por Oliveira (2002, p. 207):

As bibliotecas das IES [Instituição de Ensino Superior] têm por missão o suporte de suas atividades, sejam elas de ensino, pesquisa ou extensão. Desta forma, deve-se priorizar recursos informacionais, infraestrutura e serviços adequados para a(s) atividade(s) definida(s) por cada IES.

Dentro dos objetivos da biblioteca podemos destacar alguns fundamentais para o bom andamento da universidade, entre eles, orientar professores e alunos dos recursos informacionais; indicar as melhores fontes para programas de ensino e pesquisa; oferecer informações nos suportes físicos e virtuais e cooperar com outras bibliotecas. Destarte, a biblioteca universitária se torna uma ponte de intermédio entre o conhecimento científico e os seus usuários, visto que a unidade busca disseminar as informações essenciais para os processos de ensino e pesquisa acadêmica.

4.2 BREVE REFLEXÃO SOBRE O HISTÓRICO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

A história das bibliotecas universitárias está ligada a criação das primeiras universidades, as quais surgem no interior das ordens religiosas, durante a Alta Idade Média datada entre os séculos V e X (SANTOS, 2012). Desta forma estas bibliotecas nascem atreladas a influência da Igreja Católica e possuíam espaços de armazenamento e preservação do conhecimento, cuja intenção era guardar e não disseminar o conhecimento.

Em vista disso seus acervos eram fechados e apenas uma parcela da população, em geral pessoas que frequentavam os mosteiros e ordens religiosas e, em um segundo momento alguns intelectuais, tinham acesso aos manuscritos, suporte informacional predominante na época. De acordo com Carvalho (2004, p. 78):

Seus acervos foram sendo acumulados no decorrer do tempo pelas doações feitas por reis, aristocratas, autoridades religiosas, professores e alunos das próprias universidades que, ao fazerem minuciosas anotações durante as aulas, terminaram produzindo uma forma de registro do conhecimento, pois até o século XIII o ensino era basicamente oral. Diante dessa conjuntura podemos definir a biblioteca como guardião do conhecimento e não como disseminadora da informação, a censura era um fator constante.

Ainda dialogando com Carvalho (2004) a autora ainda elenca algumas características peculiares daquela época em relação a disseminação da informação, o único exemplar do livro disponível era o que o professor utilizava, onde ele lia em voz alta para os estudantes, que por sua vez tomavam notas dos conteúdos, e posteriormente este caderno de notas era doado a biblioteca. Outro recurso era a existência de alguns livreiros que fabricavam cópias dos livros e vendiam para quem pudesse pagar.

No período de declínio da Idade Média, dando espaço para o Renascimento, causou significativas mudanças sociais e culturais, que afetaram também as bibliotecas, onde podemos destacar o surgimento na Europa da tecnologia dos tipos móveis, criada por Gutenberg (MORIGI; SOUTO, 2005). Como afirmam Crespo, Rodrigues e Miranda (2006, p. 3), “o crescimento editorial gerou, entre outras questões, a ampliação de acervos em bibliotecas e a criação de muitas outras, trazendo como consequência, uma maior transferência de informação para a sociedade”. Esse crescimento possibilitou às bibliotecas a oportunidade de oferecer aos seus usuários maior acesso à informação.

A partir do século XVI, com as grandes navegações e as descobertas de novas culturas, a ciência passou a se desenvolver; as tradições impostas pela Igreja começaram a serem desvendadas; o teocentrismo deu lugar ao antropocentrismo. A escrita foi estimulada e

assim a biblioteca universitária ganha maior autonomia e veracidade, desempenhando o seu papel de difusora do conhecimento (MORIGI; SOUTO, 2005). Todavia, foi um processo vagaroso e que ocorreu de forma contínua.

A datar do final do século XIX e início do século XX, grandes acervos surgiram ao redor do mundo e com isso prédios foram construídos para abrigar especialmente coleções de livros organizados e disponíveis para acesso de todos. Neste desenrolar de sua evolução as bibliotecas perderam uma de suas principais características que traziam desde a Idade Média, a de acesso restrito, passando a configurar-se com livre acesso a todos (SILVEIRA, 2014).

No século XX, após a Segunda Guerra Mundial, que trouxe o computador e a informática para mudar os paradigmas de trabalho na biblioteca. Neste cenário as bibliotecas universitárias seguiram na busca por se adaptar às mudanças sociais, políticas, econômicas, bem como às transformações impulsionadas pelo uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

As fontes de informação passaram a ocupar suportes variados para além do suporte impresso com conteúdo disponibilizados em rede, o que catalisou a socialização do conhecimento, como afirmam Anzolin e Corrêa (2008, p. 306) “[...] a informação está acessível e praticamente toda disponível para consulta em Bibliotecas ou centros de documentação, onde o acesso às estantes é livre, sem falar dos documentos que estão disponíveis na rede mundial de computadores [...]”.

A partir de meados da década de 1990 como o surgimento da Internet, as bibliotecas, particularmente as universitárias, passaram por transformações profícuas que agregaram outras formas de atuação junto à comunidade acadêmica. A tradicional comunicação impressa passou a dar lugar ao digital, o que criou uma mudança radical na forma como temos acesso à informação, seu fluxo nunca foi tão intenso, rápido e dinâmico. As barreiras geográficas diminuíram e a informação passou a ser quase que imediata.

Diante de um contexto ágil determinado por um ritmo vertiginoso, as bibliotecas universitárias, como difusoras do conhecimento, passaram a compreender sua necessidade de adequação e, assim a urgência em adotar ferramentas eficientes que facilitam o acesso à informação como, por exemplo, com o auxílio das TICs para atender usuários que fazem da Internet seu principal meio de comunicação e interatividade em seu dia-a-dia. Em consonância com as mudanças instigadas pelas “novas” tecnologias a biblioteca passou a conceber produtos e serviços de acordo com os novos anseios informacionais de seus usuários.

Diante desta conjuntura mais uma variável passa a se destacar no âmbito do ensino superior e da biblioteca universitária, o crescimento no ingresso de pessoas com deficiência. Segundo MEC e o INEP o número de estudantes com algum tipo de deficiência passou de 5.078 em 2003, para 29.221, no ano de 2013.⁸

Uma vez que a informação é uma das principais formas de combate às desigualdades sociais, e para pessoas com alguma deficiência ela é uma ferramenta de inclusão social, conforme afirmam Silva e Barbosa (2011, p.2):

[...] a informação passa a ter valor fundamental neste contexto, pois, ela é a matéria prima para a construção do conhecimento, para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária além de ser elemento fundamental para as pessoas, que de acordo com as suas especificidades, garantem o seu espaço de liberdade e autonomia.

Logo, a biblioteca universitária se afirmaria como parte integrante e essencial para as instituições de ensino com o intuito de contribuir para o bom andamento dos cursos, disponibilizando produtos e serviços de informação para todos os discentes, pois segundo Schmidt (2004, p.4) tem como missão “[...] ser agente de transferência de informação e contribuir para o aprimoramento do ensino, pesquisa e extensão na organização em que está inserida, interferindo no processo socioeconômico e cultural e contribuindo para o desenvolvimento do país”.

Para que isso ocorra deve ser estabelecida uma relação entre a universidade e a biblioteca para esquadrihar meios de superar essas as barreiras da exclusão, estabelecendo formas para que a unidade de informação seja sinônimo de envolvimento para qualquer usuário, concretizando serviços de pesquisa de qualidade para atender a diversidade humana existente.

⁸ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16759-principais-indicadores-da-educacao-de-pessoas-com-deficiencia&Itemid=30192>. Acesso em: 22 de novembro de 2016.

5 RELAÇÃO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS COM A ACESSIBILIDADE

A partir dos documentos abordados no referencial teórico, como leis, decretos, portarias, resoluções vigentes, NBR 9050:2015, bem como o *checklist* de Nicoletti (2010) e as classificações de Sasaki (2011), entre outros, foi possível compilarmos categorias de análise que dialogam a relação entre a biblioteca universitária com a acessibilidade. Este diálogo nos permitirá traçar, mais adiante, um produto por meio de um diagnóstico do estado atual da biblioteca universitária da URCA, campus Pimenta, naquilo que concerne à acessibilidade e, assim, mapearmos as principais intervenções que se fazem necessárias e urgentes no âmbito desta unidade de informação. Consideramos quatro categorias: acessibilidade arquitetônica, tendo como subcategoria mobiliário e equipamentos da biblioteca; acessibilidade comunicacional; acessibilidade informacional e, acessibilidade metodológica. Nosso objetivo não é esgotar o assunto acessibilidade em bibliotecas universitárias somente nas categorias elencadas, mas apresentar um caminho possível e viável para a concreta realização da acessibilidade nas unidades de informação inseridas no preâmbulo do ensino superior.

5.1 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

A biblioteca universitária, assim como qualquer outro espaço público, deve ser acessível a todos e, como espaço de socialização do conhecimento, carece se adequar às necessidades específicas de seus usuários. No Brasil a NBR 9050:2015 recomenda parâmetros técnicos a serem observados nos projetos de construção e de instalação com adaptação do meio urbano e rural às condições de acessibilidade. No entanto, de acordo com Silveira (2000, p. 2) “no Brasil praticamente inexistente biblioteca universitária que incorpore ao seu planejamento garantias de acesso pleno a pessoas com deficiência física, prevalecendo barreiras arquitetônicas em suas instalações [...].”

Entre as recomendações da NBR 9050:2015 e demais literaturas, pode-se considerar como principais advertências para a estrutura física de bibliotecas universitárias:

- a) **entorno da biblioteca:** para garantir o acesso a BU aspectos em seu entorno devem ser considerados, como os seguintes: transporte público acessível com linhas de ônibus adaptados para pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida; faixa de pedestres com sinalização visual e sonora; caminho entre a biblioteca e o ponto de embarque deve ser livre de obstáculos apresentando boas condições de tráfego, sem buracos, pedras soltas, sem obstruções e interferências;

- b) estacionamento da biblioteca:** nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou coletivo, ou naqueles localizados nas vias públicas, devem ser reservadas vagas para pessoas idosas e com deficiência. Há dois tipos de vagas: as destinadas para os veículos que conduzam ou sejam conduzidos por idosos; e para os veículos que conduzam ou sejam conduzidos por pessoas com deficiência. Ter sinalização horizontal e vertical e elas não podem atrapalhar o acesso a veículo. As vagas para estacionamento de veículos que conduzam ou sejam conduzidos por pessoas com deficiência devem: ter sinalização vertical; contar com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura, quando afastadas da faixa de travessia de pedestres; quando da impraticabilidade de se executar rota acessível entre o estacionamento e acessos, devem ser previstas, em outro local, vagas de estacionamento para pessoas com deficiência e para pessoas idosas, a uma distância máxima de 50 m até um acesso acessível. As vagas de estacionamento devem ser situadas em piso plano vinculadas à rebaixamento da calçada e rampas para auxiliar o acesso de pessoas com cadeiras de rodas e mobilidade reduzida; a rota que interligue as vagas à biblioteca deve ser livre de obstáculos como buracos e degraus;
- c) entrada:** nas edificações, todas as entradas, bem como as rotas de interligação às funções do edifício, devem ser acessíveis. Os acessos devem ser vinculados através de rota acessível à circulação principal e às circulações de emergência. Os acessos devem permanecer livres de quaisquer obstáculos de forma permanente. Quando existirem dispositivos de segurança e para controle de acesso, do tipo catracas, cancelas, portas ou outros, pelo menos um deles em cada conjunto deve ser acessível, garantindo ao usuário o acesso, manobra, circulação e aproximação para o manuseio do equipamento com autonomia. Caso a entrada disponha de obstáculos físicos, como degraus ou escada, deve oferecer uma entrada alternativa com rampa de acesso ou elevador; as portas têm a necessidade de dispor de um vão livre de 0,80 m e de altura de 2,10 m; as portas não podem apresentar dificuldades para serem abertas; a altura das maçanetas entre 0,80 m e 1,10 m do piso e, do com o tipo de alavanca;
- d) pisos:** os materiais de revestimento devem ter superfície uniforme, firme, estável, sem trepidações para equipamentos com rodas e antiderrapante. Deve evitar a utilizações de pisos com estampas, o ideal é a utilização de opacos (que não

provoque reflexos excessivos). Objetos com capachos, forrações, carpetes, tapetes e similares devem ser evitados em rotas acessíveis. Quando existentes, devem ser firmemente fixados ao piso, embutidos ou sobrepostos e nivelados de maneira que eventual desnível não exceda 5 mm. Pisos com sinalização tátil e visual deve ser detectável pelo contraste tátil e pelo contraste visual;

- e) **rampas:** são consideradas rampas pisos com declividade igual ou superior a 5%, para eles serem consideradas acessíveis precisam estar definidas dentro dos limites de inclinação, segundo a NBR 9050:2015, o seguinte calculo define a inclinação dentro os padrões normativos:

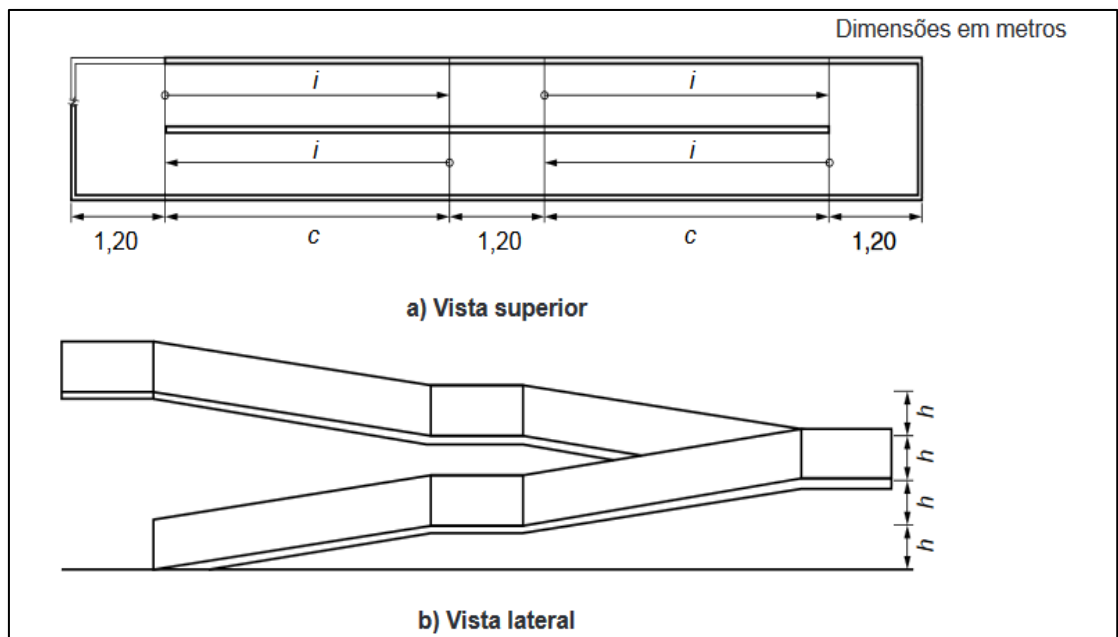
$$i = \frac{h \times 100}{c}$$

Onde: i é a inclinação, expressa em porcentagem (%);

h é a altura do desnível;

c é o comprimento da projeção horizontal.

Figura 1 - Dimensionamento de rampa



Fonte: ABNT 9050:2015.

Outra ponderação feita é a orientação de criar áreas de descanso nos patamares a cada 50 m de percurso.

- f) **escadas e degraus:** quando houver uma sequência de três degraus é considerado escada. Em caso da existência de degraus ou escadas em rotas acessíveis, estes

devem estar associados a rampas ou equipamentos eletromecânicos de transporte vertical. Deve-se dar preferência à rampa. É essencial a instalação de corrimãos em rampas e escadas, em ambos os lados, a 0,92 m e a 0,70 m do piso, medidos da face superior até o ponto central do piso do degrau (no caso de escadas) ou do patamar (no caso de rampas);

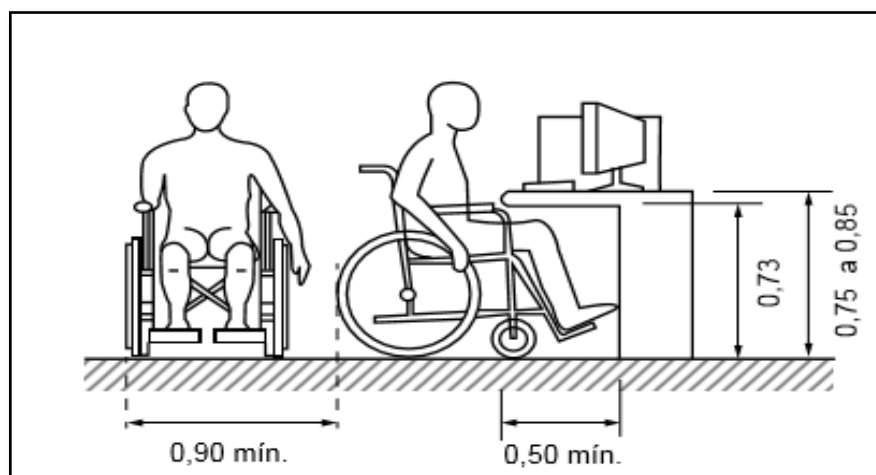
- g) sanitários:** se a unidade de informação dispuser de sanitários para seus consulentes, estes precisarão estar acessíveis às pessoas com deficiência, de uso preferencial e estabelece-se em rota acessível, ou seja, um trajeto contínuo, sem obstruções e devidamente sinalizado. Recomenda-se que os sanitários estejam em uma distância de 50 m de qualquer ponto da edificação. Deve possuir entrada independente, de modo a possibilitar que a pessoa com deficiência possa utilizar a instalação sanitária acompanhada de uma pessoa do sexo oposto.

5.1.1 Mobiliários e equipamentos

- a) balcão de atendimento ao usuário:** balcões de atendimento acessíveis têm que ser devidamente sinalizado em local de rota acessível devem garantir um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal e circulação adjacente que admita giro de 180° a pessoas em cadeiras de rodas. Segundo a ABNT 9050:2015 devem possuir superfície com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m a 0,85 m do piso acabado, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m;
- b) mesas e superfícies de trabalho e estudo:** assim como os balcões de atendimento devem estar dispostas em rota acessível, identificadas e organizadas ao longo de todo o espaço; devem garantir um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal e circulação adjacente que admita giro de 180° a pessoas em cadeiras de rodas; devem possuir tampo com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m e 0,85 m do piso e largura mínima sob superfície de 0,80 m. De acordo com ABNT 9050:2015 deve ser assegurada altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m, com profundidade livre mínima de 0,50 m, de modo que a pessoa com cadeira de rodas tenha a possibilidade de avançar sob a mesa ou superfície. Recomenda-se ainda que pelo menos 5% uma das mesas deve ser acessível e, além disso, pelo menos 10% sejam adaptáveis para acessibilidade;

- c) **computadores/terminais de consulta:** recomenda-se que pelo menos um terminal de consulta seja acessível e pelo menos 10% seja adaptáveis para acessibilidade. Elementos como sala, mobiliário, partes integrantes do computador e seus periféricos também devem estar acessíveis. Veja a seguir:

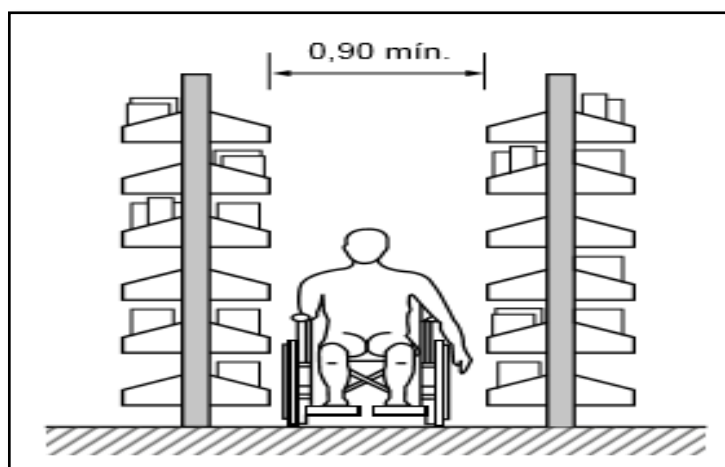
Figura 2 - Terminais de consulta: vista lateral



Fonte: ABNT 9050:2015.

- d) **espaços internos da biblioteca:** as dimensões internas e o mobiliário devem permitir a mobilidade de todas as pessoas, com acessórios de mobilidade. Considerando o espaço entre estantes de no mínimo 0,90 m de largura. Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Altura das estantes de no máximo 1,20 m para alcance manual confortável. Veja a seguir:

Figura 3 - Estantes em bibliotecas: vista frontal



Fonte: ABNT 9050:2015.

5.2 ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

Esta forma de acessibilidade trata da supressão das barreiras na comunicação, seja ela escrita, virtual ou interpessoal, desta forma é imprescindível uma sinalização auto-explicativa, perceptível e legível a todos. Na dinâmica da sociedade da informação, está pautada na liberdade de movimento, na qual pessoas com deficiência possam dispor de uma sinalização adequada, buscando atender suas especificidades e, também seja compreensível aos outros indivíduos ao constituir uma linguagem universal.

Em razão disso, recomenda-se que as informações textuais sejam completadas de forma icônica, no intuito de atender também as pessoas com deficiência. As sinalizações podem ter três categorias, de acordo com a NBR 9050:2015, são elas: sinalização informativa (usada para identificar os diversos ambientes ou elementos do espaço); sinalização direcional (indica a direção de um percurso) e, sinalização de emergência (utilizadas para apresentar rotas de fuga e saídas de emergência das edificações ou para orientar perigo).

Contudo, independentemente de sua categoria, as sinalizações ainda podem: localizar, advertir e instruir. Os sinais de localização (orientam para a localização de um determinado elemento no espaço); os sinais de advertência (têm a propriedade de alerta prévio a uma instrução) e, os sinais de instrução (instruem uma ação de forma positiva e afirmativa, exemplos em rotas de fuga e situações de risco).

As informações podem ser transmitidas por meios de sinalizações visuais, táteis e sonoras, conforme definido pela NBR 9050:2015:

- a) **visual:** consiste em símbolos, figuras e mensagens de texto. Devem buscar atender os requisitos de espaço, proporção e altura de texto. Acabamento e contraste para pessoas com baixa visão. Para sinalização interna de ambientes as figuras devem ter dimensão de 15 cm. As informações visuais precisam estar associadas aos caracteres em relevo e Braille. Textos e figuras carecem de apresentar acabamento fosco, evitando materiais brilhantes e de alta reflexão;
- b) **sonora:** composta de conjunto de sons. As mensagens sonoras são antecedidas por um ruído característico para chamar atenção do ouvinte. Alarmes sonoros e vibratórios são associados à alarmes vibratórios intermitentes a fim de alertar as pessoas;
- c) **tátil:** configurada com mensagens em alto relevo. As sinalizações e indicações devem ser representadas com o símbolo internacional de acesso, como mostrado nas figuras abaixo:

Figura 4 - Símbolo Internacional do Acesso



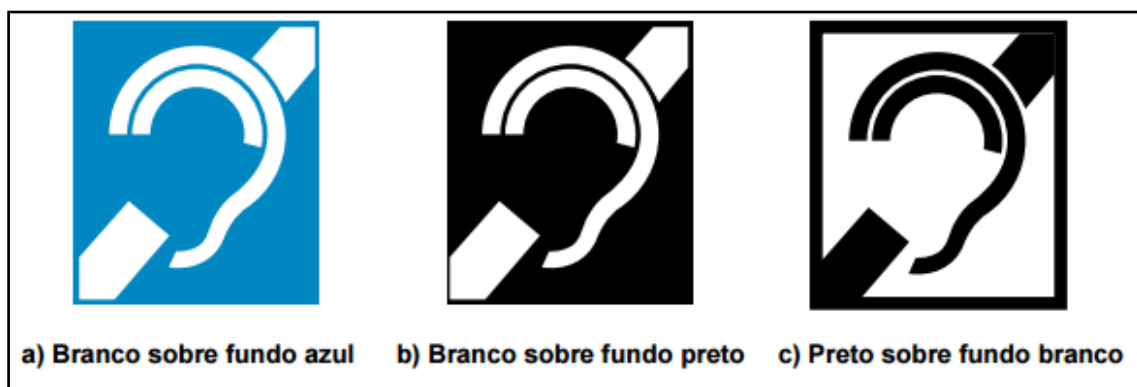
Fonte: ABNT NBR 9050:2015.

Figura 5 - Símbolo Internacional de pessoas com deficiência visual



Fonte: ABNT NBR 9050:2015.

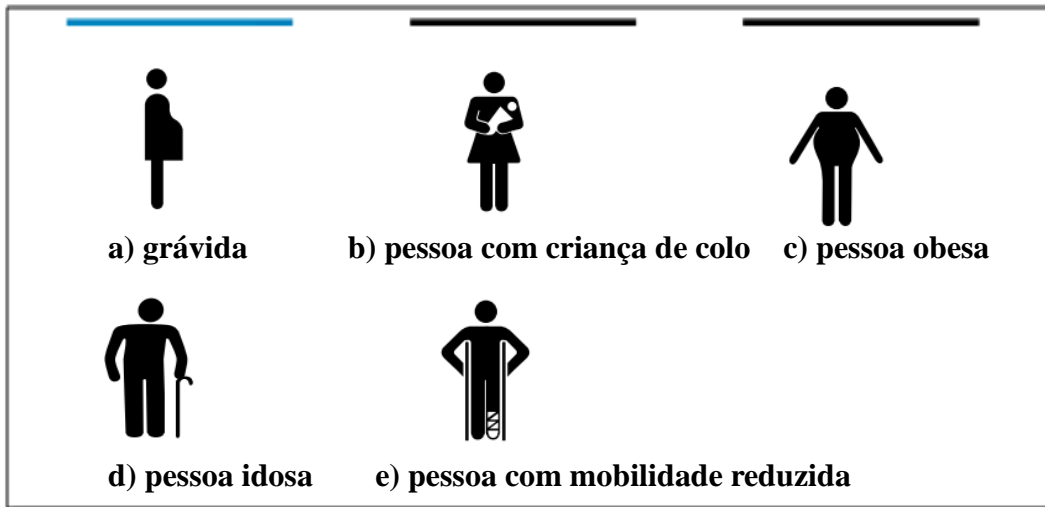
Figura 6 - Símbolo Internacional de Pessoas com Deficiência Auditiva



Fonte: ABNT NBR 9050/2015

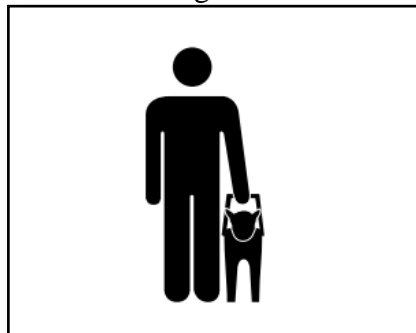
Os símbolos complementares são empregados para indicar facilidades existentes na utilização de mobiliário, edificações, equipamento e serviços, por exemplo, as sinalizações de **atendimento preferencial**, na qual designa as pessoas que têm prioridade no atendimento em filas de espera. Veja a seguir:

Figura 7 – Símbolos complementares: atendimento preferencial

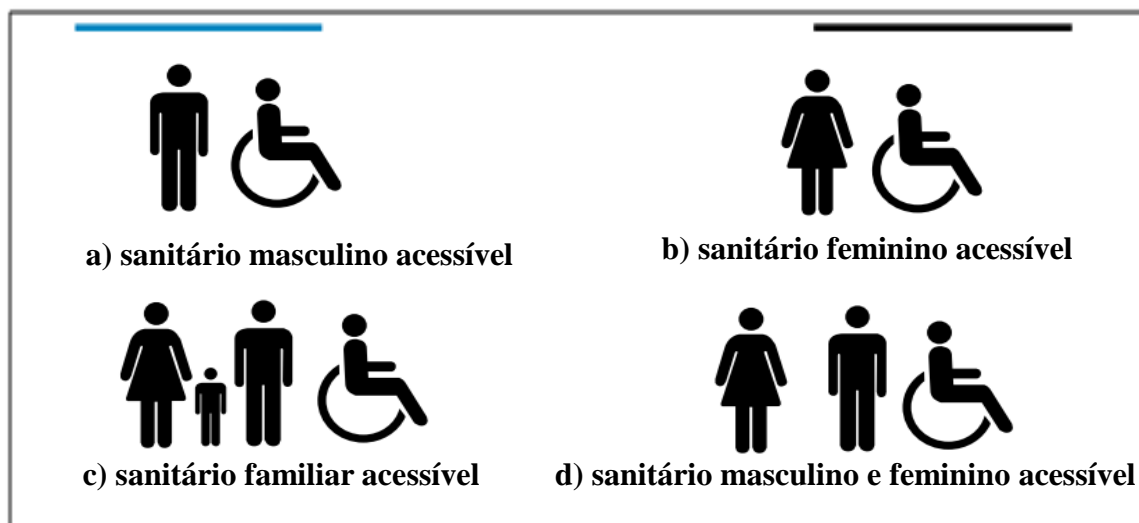


Fonte: Adaptado da NBR 9050:2015

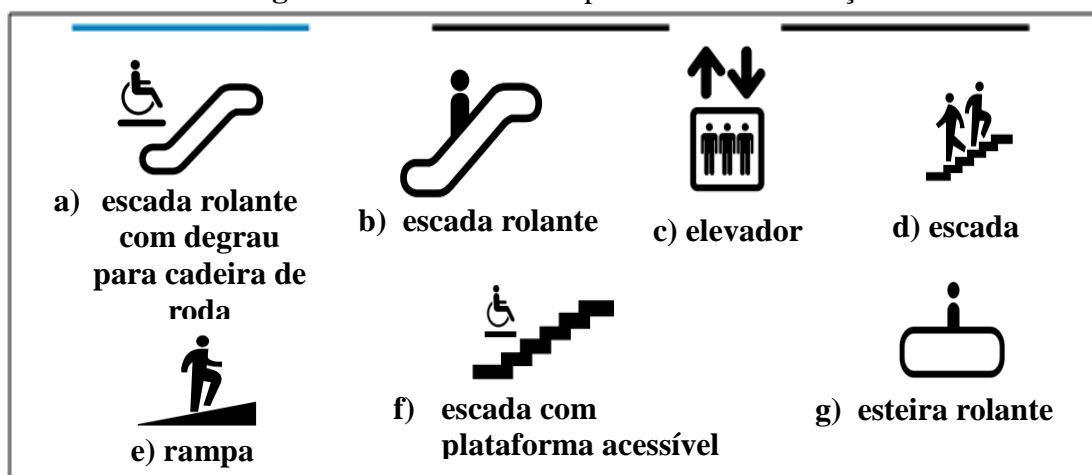
Figura 8– Símbolos complementares: pessoa com deficiência visual acompanhada de cão guia



Fonte: ABNT NBR 9050/2015

Figura 9– Símbolos complementares: sanitários

Fonte: Adaptado da NBR 9050:2015

Figura 10– Símbolos complementares: circulação

Fonte: Adaptado da NBR 9050:2015

A sinalização é parte fundamental da comunicação visual, permitindo incrementar o uso dos recursos disponibilizados e também ajudar no deslocamento dentro do recinto. Para as pessoas com deficiência uma boa sinalização tanto interna como externa da biblioteca contribui para que os usuários possam usufruir, de forma mais plena, deste espaço democrático de informação.

Assim, a sinalização informativa e direcional da localização de entradas acessíveis da biblioteca é imprescindível, bem como, a sinalização informativa do horário de funcionamento e outras informações afixadas logo na entrada da unidade de informação; contar com sinalização direcional para indicar o percurso e distribuição de setores e elementos; indicações da área de atendimento dos usuários; sinalizações das estantes quanto

aos assuntos; se a biblioteca conta com elevadores, estes precisam indicar os andares em Braille e *voice* dispositivo que adverte o andar que se encontra o elevador; sinalização tátil para localizar portas, cômodos, salas, batentes e para orientar as pessoas com deficiência visual de situações de riscos, tais como: escadas fixas e rolantes, rebaixamentos, rampas e elevadores.

Os espaços e serviços acessíveis da biblioteca devem ser devidamente indicados pelo símbolo internacional de acesso, fixados em local visível ao público. Os equipamentos e serviços existentes na biblioteca destinados às pessoas com deficiência visual precisam estar devidamente apontados como o símbolo internacional de pessoa com limitação visual, como indicado na Figura 4; locais e equipamentos designado para pessoas com deficiência auditiva devem ser indicados pelo símbolo internacional da pessoa com deficiência auditiva, conforme Figura 5.

A biblioteca e o prédio na qual ela se aloca deve apresentar símbolos complementares indicando as facilidades existentes no prédio, conforme Figura 9. Além disso, se a biblioteca dispuser de sanitários acessíveis, eles também requerem sinalizações, como mostrado na Figura 8.

5.3 ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO

Esta categoria não se faz presente nos requisitos básicos apontados por Sasaki (2011) e, embora o autor traga uma visão ampla sobre as diversas facetas para verificação de acessibilidade, acreditamos respaldado em Nicoletti (2010) e Lazzarin (2014) que este aspecto se torna imperativo quando envolve o ambiente da biblioteca. Isso posto, esta categoria se refere, principalmente, aos diversos recursos informacionais disponibilizados pela unidade de informação, sejam eles em formato de livros, folhetos, folhas soltas, materiais cartográficos, manuscritos, partituras, filmes, artefatos tridimensionais, entre outros, disponibilizados em suportes analógicos ou digitais. Tais materiais precisarão atender as necessidades de informação de todos os usuários, inclusive das pessoas com deficiência dentro de cada uma de suas limitações. Para tanto, é primordial o uso de alguns facilitadores que visa auxiliar e aumentar capacidades funcionais, promovendo a autonomia das pessoas com deficiência, denominado de tecnologias assistivas.

De acordo com Sonza (2013, p. 199) “Tecnologia Assistiva (TA) refere-se ao conjunto de artefatos disponibilizados às pessoas com necessidades especiais, que contribui para prover-lhes uma vida mais independente, com mais qualidade e possibilidades de inclusão

social.” Os recursos da TA são instrumentos usados para manter e facilitar as capacidades funcionais das pessoas com deficiência, e também serviços que visam solucionar a comunicação, mobilidade, aprendizagem, assim permitindo a inclusão das pessoas com deficiência no âmbito familiar e social. Dentre as principais TA, ainda dialogando com Sonza (2013), podemos citar:

- a) **Tecnologias Assistivas para Deficientes Visuais:** esta categoria se subdivide em interfaces para usuários com baixa visão e interfaces para usuários cegos. Dentre as interfaces para usuários com baixa visual, um exemplo é o hardware lupa eletrônica para TV ou lupa manual é um instrumento parecido com um mouse no qual amplia materiais impressos em uma espécie de televisor. Em relação a softwares temos o **Magic**, ampliador de telas para Windows. Já as interfaces para usuários cegos temos como exemplos de hardwares, as Impressoras Braille; Thermoform; Braille Falado; Terminal Braille e o Braille Lite. No que se refere a softwares leitores de tela temos o **Virtual Vision; Jaws; NVDA; Windows-Eyes e o Dosvox** sendo o mais completo que existem no mercado, constitui-se uma interface que se comunica com o usuário por meio de um sintetizador de voz, ele possui um conjunto de ferramentas e aplicativos próprios além de agenda, chat e jogos interativos. É disponibilizado de forma gratuita para download.
- b) **Tecnologias Assistivas para Deficientes Auditivos e Surdos:** esta categoria fundamenta-se em três véis: oralização; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e Escrita da Língua de Sinais. Dente as tecnologias baseadas na oralização temos, **Comunicar e Palavras Baralhadas; Jogos Computadorizados; Método Terapêutico de Estimulação Global.** Todos têm como objetivo estimular o desenvolvimento da produção vocal do surdo. Já as baseadas na Libras podemos citar o **Voz do mundo; TLibras; Falibras**, softwares capazes de traduzir em tempo real, o português para a Língua de Sinais. Já os baseados na Escrita da Língua de Sinais temos o **SigWriting; SignWriter; SingSim** e o **SignTalk**, este último é uma ferramenta de bate-papo on-line com o diferencial de oferecer suporte a Libras. Apresentamos também a existência de teclados especiais, onde em cada tecla foi adicionado três a quatro configurações de mão, ombro, cabeça entre outro.
- c) **Tecnologia Assistiva para Usuários com Deficiência Motoras e/ou Fala:** apontamos a existência de variados teclados entre eles, ampliado; reduzido, de

conceitos; para uma das mãos; ergonômico, dentre outros. Nesta categoria também podemos indicar as próteses, equipamentos com objetivos de substituir algum membro a função. Adaptador bucal utilizado para ter acesso com a boca a teclados do computador; mouses e acionadores programados de acordo com a necessidade dos usuários.

Quanto ao acervo físico precisa estar em formato digital para que possa ser processada por sistemas de leitura, ampliação de tela e versão sonora. As obras com gráficos, tabelas e imagens necessitam da disponibilização na versão visual ampliada, sonora e tátil. Arquivos em áudio também têm necessidade de um exemplar em texto para permitir sua edição em tipos ampliados, Braille, caracteres com relevo. O acervo digital da biblioteca deve ser acessível por diferentes dispositivos, seu catálogo informatizado se configura obrigatório apresentar acessibilidade digital aos usuários por leitores de tela, respeitando diretrizes nacionais e internacionais de acessibilidade, bem como possibilidade de inversão de cores. Em relação aos serviços de atendimento ao usuário têm incumbência de oferecer consultas e respostas por variados meios de comunicação.

Salienta-se, dialogando com Stroparo e Moreira (2016) que se estabelece um marco de mudança positiva de paradigma com relação aos direitos de propriedade intelectual, o Tratado de Marraqueche, que visa a reprodução e a distribuição de obras, livros e textos em formato acessível a pessoas com deficiência visual, sem necessidade de requisitar autorização ao titular de direitos autorais. O tratado entrará em vigor depois de ratificado em 20 países. Até o momento, Brasil, Argentina, Austrália, Coréia do Sul, El Salvador, Emirados Árabes Unidos, Índia, Mali, México, Mongólia, Paraguai, Cingapura e Uruguai assinaram o acordo.

Diante desse conjunto de diretrizes e aparatos legais compete à biblioteca analisar as necessidades da comunidade e garantir que os produtos e serviços estejam sintonizados e adequados para garantir que seu público alvo tenha acesso igualitário à informação (STROPARO; MOREIRA, 2016).

5.4 ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA

O contexto da acessibilidade metodológica remete as questões da eliminação de barreiras nos métodos e técnicas de estudo e trabalho, assim como nas ações culturais, artísticas, sociais e nas questões familiares. Trazendo para o panorama da biblioteca este tópico elencamos a importância de perceber as diferenças e as necessidades de cada usuário na hora de oferecer alguns serviços de informação.

Podemos definir serviço como o ato de servir, prestar, fazer algo que alguém necessita, fornecendo benefícios para estas pessoas. Segundo Kotler (2002) os serviços são intangíveis, ou seja, eles não podem ser tocados ou vistos, antes de serem adquiridos pelo cliente. No âmbito da biblioteca os serviços de informação são atividades que auxiliam os usuários nas suas necessidades, oferecendo a informação essencial para preencher uma brecha de conhecimento. Dentre os serviços os serviços de informação, temos:

- a) **Serviço de Referência e Informação (SRI):** de acordo com Grogan (1995) configura-se como assistência efetiva prestada aos consulentes, com o objetivo de oferecer acesso rápido e seguro à informação. Atendendo prontamente as solicitações dos usuários. O SRI além de trabalhar na orientação de consulentes para acesso e uso da informação no âmbito da biblioteca, também norteia à pesquisa, normalização de trabalhos acadêmicos e ainda capacitação dos usuários no acesso e uso da informação através da rede mundial de computadores.
- b) **Treinamento de Usuário:** em conformidade com Mota e Job (2004) o treinamento de usuários é um dos serviços tradicionais das bibliotecas. Pois, para que os usuários satisfaçam suas necessidades informacionais, ele precisa entender a organização do espaço, bem como as metodologias e interfaces das bases de dados a fim de possa buscar informações de forma prática, rápida e em fontes verídicas. Para tal o bibliotecário faz intermediações por meio de capacitações para que os clientes estejam aptos a localizar de forma autônoma as informações dentro dos ambientes físicos e virtuais.
- c) **Disseminação Seletiva da Informação (DSI):** segundo Sampaio e Moreschi (1990) a disseminar no campo da biblioteconomia é o ato de semear, espalhar a informação. A DSI é o procedimento de levar ao conhecimento dos usuários os novos artefatos informacionais recebidos pela unidade de informação. Divulgar conteúdos relevantes e atuais para suas áreas de pesquisa.

d) Serviço de Informação Utilitária: consoante com Santa Anna; Pereira e Borges (2015) a informação utilitária são informações que abrange o dia-a-dia das pessoas em suas práticas sociais, proporcionando ao indivíduo a sobrevivência, oferecendo soluções para os problemas impostos no cotidiano.

As unidades de informação, singularmente as bibliotecas universitárias devem ter seus serviços direcionados para um atendimento de qualidade, atendendo as necessidades de informação dos diversos tipos de usuários, considerando as diversas especificidades apresentadas por cada usuário e assim, direcionar para que tais serviços atendam de maneira satisfatória cada um deles. As pessoas com deficiência devem ser incluídas nos atendimentos para que suas demandas sejam respondidas a contento ao procurarem a biblioteca. Desta forma, além da acessibilidade física, os serviços de informação precisam passar por adaptações, onde é importante que haja uma preocupação por parte dos profissionais da informação em investir na sua capacitação para atender com propriedade este grupo de usuários.

6 DIAGNÓSTICO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA URCA, CAMPUS PIMENTA E MAPEAMENTO DAS INTERVENÇÕES NECESSÁRIAS

O produto a seguir foi construído com base nas quatro categorias discutidas na seção cinco (5), acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, à informação e metodológica).

Quanto à estrutura do instrumento de diagnóstico sobre as condições de acessibilidade da Biblioteca Universitária da URCA, campus Pimenta, para fins práticos elaboramos o *checklist* contendo os itens de avaliação a partir das categorias elencadas, as quais foram divididas em dez quadros, com respostas pré-definidas sim; não; parcialmente e, não se aplica. Conforme apresenta-se na legenda a seguir:

Quadro 2 – Legenda das siglas utilizadas no diagnóstico de acessibilidade

DESCRIÇÃO	SIGLA	EXPLICAÇÃO
Sim	S	Item de avaliação atendido
Não	N	Item de avaliação não atendido
Parcialmente	P	Item de avaliação parcialmente atendido
Não se aplica	N/A	Item de avaliação não se aplica

Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

Delinear uma biblioteca segundo os parâmetros de acessibilidade, não é somente permitir que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida adentrem aos seus ambientes, mas, também, mapear as ações necessárias para que a biblioteca universitária, no caso em estudo, da Universidade Regional do Cariri, campus Pimenta, se torne um espaço de inclusão nas instâncias do ensino superior, conforme destacado no objetivo deste trabalho.

Deste modo foi fundamental a realização de um levantamento das condições arquitetônicas, comunicacionais, informacionais e metodológicas atuais, sob a óptica das leis, normas e diretrizes que versam sobre acessibilidade. Assim a partir do instrumento de diagnóstico contendo as verificações observadas nas visitas *in loco* realizadas na Biblioteca da Universidade Regional do Cariri, campus Pimenta, entre os meses novembro e dezembro de

2016, podemos identificar, refletir, selecionar e sugerir as intervenções necessárias no ambiente em estudo.

Quadro 3 – Acessibilidade Arquitetônica / Entorno da Biblioteca

CATEGORIAS PARA DIAGNÓSTICO		S	N	P	N/A
1	ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA				
1.1	Entorno da Biblioteca				
1.1.1	Existe no entorno da biblioteca, transporte público acessível com linhas de ônibus adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida?			X	
1.1.2	As paradas de ônibus possuem faixas de pedestres com sinalização sonora ou visual?		X		
1.1.3	O caminho entre a biblioteca e o ponto de embarque é livre de obstáculos e apresenta boas condições de tráfego?		X		

Fonte: Adaptado de Nicoletti (2010); NBR 9050:2015; Sasaki (2011)

A partir das observações referentes à categoria 1, acessibilidade arquitetônica, no quesito entorno da biblioteca, percebemos que existe apenas uma empresa de transporte público com linhas de ônibus adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, desta forma o item de avaliação é atendido parcialmente, visto que a maioria dos estudantes fazem uso de outras empresas de transporte coletivo. Assim sugerimos baseados na (NBR 14022:2009), a qual estabelece os critérios e parâmetros técnicos para acessibilidade em ônibus urbanos em conformidade com o Desenho Universal, e também amparados pela Lei nº 13.146 que aborda o direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida deve ser assegurado em igualdade de oportunidades com os demais indivíduos, por meio de identificação e de eliminação de todas as barreiras ao seu acesso, portanto manifestamos o desígnio que mais linhas de transporte coletivo adaptados para pessoas com deficiência, possam circular no entorno da biblioteca universitária. Pois os meios de transporte coletivo são fundamentais para a manutenção da dinâmica social, uma vez que grande parte da população utiliza esta opção de deslocamento, seja para trabalhar ou estudar.

Desta forma, o transporte coletivo adaptado para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida é de suma importância, pois eles são sujeitos sociais que contribuem no

desenvolvimento da comunidade, e, sobretudo para uma sociedade mais igualitária e democrática, e através de ônibus adaptados com as suas necessidades de deslocamento supridas, eles podem servir-se dos direitos essenciais a vida, assim como os demais indivíduos. Em vista disso, é substancial que as empresas de transporte em conjunto com o poder público assegurem um maior quantitativo de ônibus adaptados.

As paradas de ônibus também são um caso que requer atenção, pois elas não oferecem faixas de pedestres com sinalização sonora. Constatamos também que o caminho entre a biblioteca e o ponto de embarque não apresenta boas condições de tráfego, a rota é marcada por calçadas e buracos. Portanto julgamos necessário, de acordo com a NBR 9050:2015 a adoção de rampas e rebaixamento das calçadas, tal como, uniformização do piso com a eliminação dos buracos e pedras soltas. E adoção de sinalização sonora nas paradas de transporte coletivo nas imediações da biblioteca da URCA.

Quadro 4 – Acessibilidade Arquitetônica / Estacionamento da Biblioteca

CATEGORIAS PARA DIAGNÓSTICO		S	N	P	N/A
1	ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA				
1.2	Estacionamento da Biblioteca				
1.2.1	O estacionamento da biblioteca dispõe de vagas reservadas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida?				X
1.2.2	As vagas de estacionamento possuem sinalizações do tipo vertical e horizontal?				X
1.2.3	As sinalizações do tipo vertical e horizontal atrapalham o acesso ao veículo?				X
1.2.4	As vagas para estacionamento de veículos conduzidos por pessoas com deficiência ou que seja conduzido por terceiros, mas que levem pessoas com deficiência, tem sinalização vertical?				X
1.2.5	As vagas para estacionamento de veículos conduzidos por pessoas com deficiência ou que seja conduzido por terceiros, mas que levem pessoas com deficiência conta com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura, quando afastadas da faixa de travessia de pedestres?				X

1.2.6	Quando da impraticabilidade de se executar rota acessível entre o estacionamento e acessos, há vagas de estacionamento previstas em outro local para pessoas com deficiência e para pessoas idosas, a uma distância máxima de 50 m até um acesso acessível?				X
1.2.7	As vagas de estacionamento são situadas em piso plano vinculadas à rebaixamento da calçada e rampas para auxiliar o acesso de pessoas com cadeiras de rodas e mobilidade reduzida?				X
1.2.8	As rotas que interliga as vagas do estacionamento à biblioteca são livres de obstáculos, como buracos e degraus?				X

Fonte: Adaptado de Nicoletti (2010); NBR 9050:2015; Sasaki (2011)

Os itens de avaliação referente ao estacionamento da biblioteca obtiveram todos a mesma resposta “não se aplica”, pois, a biblioteca, nem mesmo a universidade, conta com um estacionamento próprio, o único existente é destinado apenas para os docentes e servidores da instituição, os demais estacionam seus veículos no acostamento da via pública. Todavia mesmo para os estacionamentos nas vias públicas a NBR 9050:2015 recomenda que devem ser reservadas vagas para pessoas idosas e com deficiência com sinalização horizontal e vertical identificando as vagas reservadas, sendo que as placas horizontais não podem se tornar barreiras para a acessibilidade.

Acrescenta-se que se deve contar com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura, quando afastadas da faixa de travessia de pedestres; quando da impraticabilidade de se executar rota acessível entre o estacionamento e acessos, devem ser previstas, em outro local, vagas de estacionamento para pessoas com deficiência e para pessoas idosas, a uma distância máxima de 50 m até um acesso acessível, bem como serem situadas em piso plano vinculadas à rebaixamento da calçada e rampas para auxiliar o acesso de pessoas com cadeiras de rodas e mobilidade reduzida e, a rota que interliga as vagas de estacionamento à biblioteca deve ser livre de obstáculos como buracos e degraus.

Quadro 5 – Acessibilidade Arquitetônica / Entrada

CATEGORIAS PARA DIAGNÓSTICO		S	N	P	N/A
1	ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA				
1.3	Entrada				
1.3.1	Caso a entrada disponha de obstáculos físicos, como degraus ou escada, a biblioteca oferece uma entrada alternativa com rampa de acesso ou elevador?	X			
1.3.2	Se a entrada da biblioteca tem dispositivos de segurança e para controle de acesso, do tipo catracas, cancelas, portas ou outros, pelo menos um deles em cada conjunto são acessíveis, garantindo ao usuário o acesso, manobra, circulação e aproximação para o manuseio do equipamento com autonomia?				X
1.3.3	A porta da entrada principal dispõe de um vão livre de 0,80 m e de altura de 2,10 m?	X			
1.3.4	A porta da entrada principal da biblioteca apresenta dificuldades para serem abertas?				X
1.3.5	A altura das maçanetas está entre 0,80 m e 1,10 m do piso e, são do tipo de alavanca?				X

Fonte: Adaptado de Nicoletti (2010); NBR 9050:2015; Sasaki (2011)

Ainda na categoria **acessibilidade arquitetônica**, no quesito entrada, conseguimos apontar que a unidade de informação oferece apenas uma entrada, contudo, o acesso pode ser realizado por meio de escadas e de elevador. A entrada principal não oferece barreiras do tipo catracas, cancelas, portas ou dispositivos de segurança que atrapalhem o acesso. A porta de entrada dispõe de um vão livre de 0,80 m de 2,10 m de altura e também fica aberta durante todo o período de atendimento, portanto não ocasiona dificuldades para sua abertura.

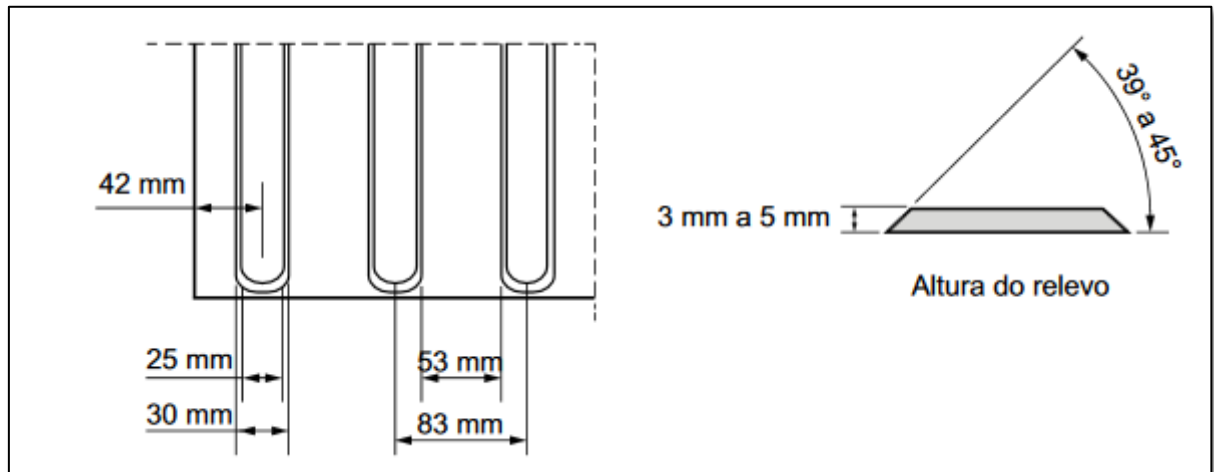
Quadro 6 – Acessibilidade Arquitetônica / Pisos

CATEGORIAS PARA DIAGNÓSTICO		S	N	P	N/A
1	ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA				
1.4	Pisos				
1.4.1	Os materiais de revestimento do piso da biblioteca apresentam uma superfície uniforme, firme, estável, sem trepidações para equipamentos com rodas?	X			
1.4.2	Os materiais de revestimento do piso apresentam uma superfície antiderrapante nas condições seco e molhado?		X		
1.4.3	Os pisos não podem ter estampas ou cores fortes que provoque reflexos excessivos?	X			
1.4.4	Objetos como capachos, forrações, carpetes, tapetes e similares estão presentes nas rotas acessíveis?				X
1.4.5	Pisos têm sinalização tátil e visual detectável pelo contraste tátil e pelo contraste visual?		X		

Fonte: Adaptado de Nicoletti (2010); NBR 9050:2015; Sasaki (2011)

Em relação os pisos, os materiais de revestimento do piso da biblioteca apresentam uma superfície uniforme, firme, estável, sem trepidações para equipamentos com rodas e não emite reflexos excessivos. Não expõe objetos como capachos, forrações, carpetes, tapetes e similares nas rotas acessíveis. Todavia, os pisos não têm sinalização tátil e visual detectável pelo contato tátil ou pelo contraste visual. Diante desta perspectiva, junto com a NBR 16537:2016, norma que estabelece parâmetros e critérios para a elaboração do projeto e instalação de sinalização tátil no piso. Apontamos as seguintes contribuições: adoção de placas com superfícies com os relevos indicativos, com a sinalização de alerta ou direcional. O piso direcional compreende um grupo de relevos lineares de seção tronco-cônica, conforme a Figura 11:

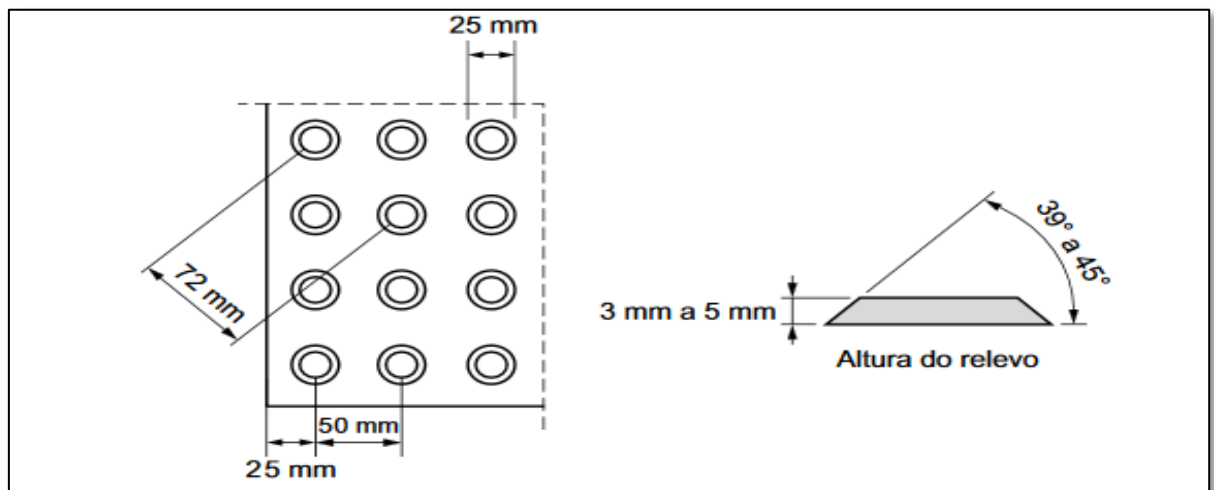
Figura 11 – Relevo do piso tátil direcional



Fonte: ABNT NBR 16537:2016

Orientamos, baseados na NBR supramencionada que o piso tátil de alerta é formado por uma superfície com aparência de moeda que comunica a mudança de sentido ou obstáculos, conforme apontado na Figura 12:

Figura 12 – Relevo do piso tátil de alerta



Fonte: ABNT NBR 16537:2016

Quadro 7 – Acessibilidade Arquitetônica / Rampas, escadas e degraus

CATEGORIAS PARA DIAGNÓSTICO		S	N	P	N/A
1	ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA				
1.5	Rampas, escadas e degraus				
1.5.1	Em caso da existência de degraus ou escadas em rotas acessíveis, estes são associados a rampas?			X	
1.5.2	Em caso da existência de degraus, escadas e rampas, estes são associados a instalação de corrimãos em rampas e escadas, em ambos os lados?			X	

Fonte: Adaptado de Nicoletti (2010); NBR 9050:2015; Sasaki (2011)

No caso da existência de degraus e escadas em rota acessível há a necessidade de estarem associados à instalações de corrimãos em ambos os lados da rampa. A partir da observação realizada na biblioteca em estudo, observamos que as escadas e rampas atendem parcialmente ao item de avaliação, pois a escada principal de acesso a biblioteca conta com corrimões apenas de um lado e as rampas não apresentam corrimãos. Logo, orientamos na melhoria da acessibilidade à reparação das rampas e, a necessidade de se adicionar corrimãos em ambos os lados, bem como a construção de novas rampas no entorno da biblioteca, considerando os parâmetros normativos citados na NBR 9050:2015, conforme apontado no referencial teórico.

Quadro 8 – Acessibilidade Arquitetônica / Sanitários

CATEGORIAS PARA DIAGNÓSTICO		S	N	P	N/A
1	ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA				
1.6	Sanitários				
1.6.1	Se a unidade de informação dispõe de sanitários para seus consulentes, estes são acessíveis às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida?		X		
1.6.2	Se a unidade de informação dispõe de sanitários para seus consulentes, eles são de uso preferencial e estabelece-se em rota acessível, ou seja, um trajeto contínuo, sem obstruções e		X		

	são devidamente sinalizados?				
1.6.3	Os sanitários estão em uma distância de 50 m de qualquer ponto da edificação?		X		
1.6.4	Se a unidade de informação dispõe de sanitários para seus consulentes, eles possuem entrada independente, de modo a possibilitar que a pessoa com deficiência possa utilizar a instalação sanitária acompanhada de uma pessoa do sexo oposto?		X		

Fonte: Adaptado de Nicoletti (2010); NBR 9050:2015; Sasaki (2011)

No quesito sanitário acessível, a biblioteca da URCA não dispõe para seus consulentes banheiros acessíveis para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Ressaltamos de acordo com a NBR 9050:2015 a quantidade mínima de um sanitário acessível por pavimento onde houver banheiros com dimensões e padrões estabelecidos na NBR 9050:2015.

Quadro 9 – Acessibilidade Arquitetônica / Mobiliários e equipamentos

CATEGORIAS PARA DIAGNÓSTICO		S	N	P	N/A
1	ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA				
1.7	Mobiliários e equipamentos				
1.7.1	Balcão de Atendimento ao Usuário				
1.7.1.1	Os balcões de atendimento ao usuário são acessíveis?	X			
1.7.1.2	Os balcões de atendimento ao usuário são devidamente sinalizados em local de rota acessível?			X	
1.7.1.3	Os balcões de atendimento ao usuário garantem um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal e circulação adjacente que admita giro de 180° a pessoas em cadeiras de rodas?	X			
1.7.1.4	Os balcões de atendimento ao usuário possuem superfície com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m a 0,85 m do piso acabado, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m?	X			

1.7.2	Mesas ou Superfícies de Trabalho e Estudo				
1.7.2.1	As mesas ou superfícies de trabalho e estudo estão dispostas em rota acessível identificadas e organizadas ao longo de todo o espaço?			X	
1.7.2.2	As mesas ou superfícies de trabalho e estudo garantem um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal e circulação adjacente que admita giro de 180° a pessoas em cadeiras de rodas?			X	
1.7.2.3	As mesas ou superfícies de trabalho e estudo tem um tampo com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m e 0,85 m do piso e largura mínima sob superfície de 0,80 m?	X			
1.7.2.4	As mesas ou superfícies de trabalho e estudo tem altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m, com profundidade livre mínima de 0,50 m, de modo que a pessoa com cadeira de rodas tenha a possibilidade de avançar sob a mesa ou superfície?	X			
1.7.2.5	Pelo menos 5% uma das mesas são acessíveis e, além disso, pelo menos 10% são adaptáveis para acessibilidade?			X	
1.7.3	Computadores/terminais de consulta				
1.7.3.1	Pelo menos um terminal de consulta é acessível e pelo menos 10% são adaptáveis para acessibilidade?		X		
1.7.3.2	Elementos como sala, mobiliário, partes integrantes do computador e seus periféricos são acessíveis?		X		
1.7.4	Espaços internos da biblioteca				
1.7.4.1	As dimensões internas e mobiliário permitir a mobilidade de todas as pessoas, com acessórios de mobilidade?	X			
1.7.4.2	O espaço entre estantes é de no mínimo 0,90 m de largura?	X			
1.7.4.3	Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, há um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas?			X	
1.7.4.4	Altura das estantes é de no máximo 1,20 m para alcance manual confortável?		X		

Fonte: Adaptado de Nicoletti (2010); NBR 9050:2015; Sasaki (2011)

No quesito mobiliário e equipamentos, o balcão de atendimento ao usuário é acessível e está localizado em rota acessível, garantindo um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal e circulação adjacente que admita giro de 180° a pessoas em cadeiras de rodas. O balcão está dentro dos padrões estabelecidos pela NBR 9050:2015, de 0,90 m e altura entre 0,75 m a 0,85 m do piso acabado, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m.

As mesas ou superfícies de trabalho e estudo estão dispostas em rota acessível, organizadas em espaço específico; porém, algumas mesas apresentam limitações de espaço para circulação. Portanto, recomendamos uma nova distribuição das mesas para que possam garantir um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal e circulação adjacente que admita giro de 180° a pessoas em cadeiras de rodas. E também possuir tampo com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m e 0,85 m do piso e largura mínima sob superfície de 0,80 m; assegurar altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m, com profundidade livre mínima de 0,50 m, de modo que a pessoa com cadeira de rodas tenha a possibilidade de avançar sob a mesa ou superfície. E ainda recomendamos que pelo menos 5% das mesas devem ser acessíveis e, além disso, pelo menos 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

A biblioteca tem três terminais para consulta com computadores, sendo que nenhum destes terminais são acessíveis para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Em consonância com que foi discutido na seção “relação das bibliotecas universitárias com a acessibilidade” recomendamos que pelo menos um terminal de consulta seja acessível e pelo menos 10% seja adaptáveis para acessibilidade e elementos como sala, mobiliário, partes integrantes do computador e seus periféricos. Advertimos com base em Souza *et. al.* (2013) a instalação de mecanismos que regule a altura das mesas em que estão os terminais de consulta ao acervo ou a troca das mesas a partir das especificações de altura 0,75 m e 0,85 m do piso.

No tocante dos espaços internos da biblioteca as dimensões internas e mobiliário permitem a mobilidade de todas as pessoas, com acessórios de mobilidade. O espaço entre estantes também foi um item atendido na avaliação, os corredores entre as estantes são largos e o espaço permite a circulação e a manobra da cadeira de rodas. No entanto a altura das estantes não oferece alcance manual confortável e seguro. Sugerimos no máximo 1,20 m de altura das estantes.

Quadro 10 – Acessibilidade Comunicacional

CATEGORIAS PARA DIAGNÓSTICO		S	N	P	N/A
2	ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL				
2.1	Há sinalização informativa e direcional da localização de entradas acessíveis da biblioteca?		X		
2.2	Há a sinalização informativa do horário de funcionamento e outras informações afixadas logo na entrada da unidade de informação?	X			
2.3	A biblioteca conta com sinalização direcional para indicar o percurso e distribuição de setores e elementos?		X		
2.4	Há sinalização para indicar a área de atendimento dos usuários?		X		
2.5	Há sinalizações das estantes quanto aos assuntos?	X			
2.6	Se a biblioteca conta com elevadores, estes indicam os andares em Braille e voice dispositivo que adverte o andar que se encontra o elevador?		X		
2.7	Há sinalização tátil para localizar portas, cômodos, salas, batentes e para orientar as pessoas com deficiência visual de situações de riscos, tais como: escadas fixas e rolantes, rebaixamentos, rampas e elevadores?		X		
2.8	Os espaços e serviços acessíveis da biblioteca são devidamente indicados pelo símbolo internacional de acesso, fixados em local visível ao público?		X		
2.9	Os equipamentos e serviços existentes na biblioteca destinados às pessoas com deficiência visual são devidamente apontados como o símbolo internacional de pessoa com limitação visual, como indicado na Figura 4?		X		
2.10	Os locais e equipamentos designado para pessoas com deficiência auditiva são indicados pelo símbolo internacional da pessoa com deficiência auditiva, conforme figura 5?		X		

2.11	A biblioteca e o prédio na qual ela se aloca apresentam símbolos complementares indicando as facilidades existentes no prédio?		X		
2.12	Se a biblioteca dispuser de sanitários acessíveis, eles são identificados pelas sinalizações, como mostrado na figura 8?		X		

Fonte: Adaptado de Nicoletti (2010); NBR 9050:2015; Sasaki (2011)

Na **categoria comunicacional**, percebemos que as únicas sinalizações existentes são: sinalização informativa do horário de funcionamento afixado logo na entrada da biblioteca, e sinalização das estantes quanto os assuntos. As quais não abrangem as necessidades das pessoas com deficiência.

Quando a comunicação, parte inerente a vida humana pois serve para o relacionamento entre os seres; inclusão na sociedade e também para o desenvolvimento cognitivo, não consegue chegar a todo, acaba se tornando o problema.

Desta forma, salientamos que a sinalização em acessibilidade é fundamental para todos, em relação às pessoas com deficiência, é importante identificar os diversos ambientes ou elementos do espaço; indica a direção de um percurso e, apresentar rotas de fuga e saídas de emergência das edificações ou para orientar perigo. Já para os outros indivíduos, que eles possam compreender os símbolos e assim construa uma linguagem universal.

Assim sugerimos baseado na NBR 9050:2015, a adoção de sinalização (observando os princípios do desenho universal aplicação de piso tátil direcional e de alerta, conforme indicamos no quesito pisos; letreiros em cores e tamanhos que permitam boa visibilidade nas estantes e também para indicar o balcão de atendimento e área de estudo, mapas táteis e informações em Braille e Libras e também adoção de símbolos internacionais de acesso para deficientes visuais, físicos e auditivos, bem como para atendimento preferencial; e símbolos complementares de circulação de forma que as pessoas saibam o que está disponível e em quais espaços; atendentes, terminais de consulta, banheiros, balcão de atendimento, sala de estudo, áreas de assunto das estantes). Também, sugerimos a adoção de sinalização direcional para indicar o caminho da biblioteca.

Quadro 11 – Acessibilidade à Informação

CATEGORIAS PARA DIAGNÓSTICO		S	N	P	N/A
3	ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO				
3.1	O acervo da biblioteca conta com obras em libras?		X		
3.2	O acervo da biblioteca conta com obras em formato braile?			X	
3.3	A biblioteca apresenta algum instrumento de Tecnologia Assistiva, usados para manter e facilitar as capacidades funcionais das pessoas com deficiência?		X		
3.4	O acervo físico está em formato digital para que possa ser processada por sistemas de leitura, ampliação de tela e versão sonora?		X		
3.5	As obras com gráficos, tabelas e imagens estão disponibilizadas na versão visual ampliada, sonora e tátil?		X		
3.6	Arquivos em áudio dispõem de um exemplar em texto para permitir sua edição em tipos ampliados, Braille, caracteres com relevo?		X		
3.7	O acervo digital da biblioteca está acessível por diferentes dispositivos, seu catálogo informatizado se configura obrigatório apresentar acessibilidade digital aos usuários por leitores de tela, respeitando diretrizes nacionais e internacionais de acessibilidade, bem como possibilidade de inversão de cores?		X		
3.8	Em relação aos serviços de atendimento ao usuário oferecem consultas e respostas por variados meios de comunicação?			X	

Fonte: Adaptado de Nicoletti (2010); NBR 9050:2015; Sasaki (2011)

Na categoria **acessibilidade a informação**, percebemos que o acervo conta com somente três obras em Braille; não contempla livros em Libras; não oferece nenhum instrumento de TA; o acervo físico não está em formato digital para que possa ser processado por sistemas de leitores de tela. Quanto ao catálogo *on-line*, embora haja a informação por parte dos responsáveis pelo sistema de bibliotecas da URCA que este está disponibilizado eletronicamente, encontramos dificuldades para localizá-lo no *site* da instituição.

Assim, podemos discorrer, conforme apontado no referencial teórico e, respaldados por Ribas e Ziviani (2007) que afirmam que adquirir informação é uma forma dos indivíduos se colocarem em igualdade de condições nas disputas dos mais variados serviços e constituição da sociedade. Em conformidade com os autores e levando em conta que o Brasil, como país em desenvolvimento apresenta grandes níveis de disparidades entre os indivíduos, o acesso à informação apresenta-se como agente de crescimento, oferecendo oportunidade de crescimento profissional e educacional, bem como, maneira de conquistar melhores condições de moradia, saúde e bem-estar. Para as pessoas com deficiência o acesso a informação, é elemento fundamental para a autonomia, independência e principalmente para a inclusão social dos mesmos na sociedade.

Na perspectiva do ensino superior, como relatamos, houve um aumento no índice de ingresso de pessoas com deficiência. Diante de tal fato, as IES necessitam passar por adaptações. Pois, embora participem da mesma comunidade, os estudantes com deficiência, precisam de condições diferenciadas para manter-se nos cursos de graduação; principalmente no que compete ao acesso à informação. Os acadêmicos com deficiência muitas vezes não têm acesso à bibliografia do curso que escolheu, pois ela não atende suas necessidades, ou não estão disponibilizadas em formato acessível, ou porque aquele acervo foi desenvolvido somente para atender alunos regulares, ou a biblioteca não oferece estrutura adequada para que o estudante consiga chegar até ela.

O ideal seria a biblioteca universitária oferecer as mesmas condições e oportunidades a todas as pessoas com acesso aos artefatos informacionais, sem qualquer tipo de barreira, contribuindo para a cidadania e formação do intelecto da sociedade.

Assim, propomos para melhoria da biblioteca objeto de estudo deste trabalho, adquirir e instalar recursos tecnológicos, como sintetizadores de voz, lupa eletrônicas, aquisição de livros digitais e coleções em Braille e Libras. Sugerimos fundamentados na análise de alguns *softwares*, o sistema computacional Dosvox, programa gratuito e o mais completo existente no mercado, que pode ser instalado nos computadores da biblioteca. Ele se comunica com o usuário por síntese de voz, assim possibilita o uso de computadores e conseqüentemente o acesso à informação por pessoas com deficiência visual. Já para as pessoas com deficiência auditiva, indicamos o **Falibras**, *software* capaz de traduzir em tempo real, o português para a Língua de Sinais.

Quadro 12 – Acessibilidade Metodológica

CATEGORIAS PARA DIAGNÓSTICO		S	N	P	N/A
4	ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA				
4.1	Os serviços de referência são prestados considerando a especificidade de cada usuário?		X		
4.2	A biblioteca dispõe de um programa de treinamento de usuários, que considera a necessidade de cada usuário?		X		
4.3	Há um serviço de informação utilitária que considera a diversidade dos usuários?		X		
4.4	A biblioteca possui um serviço de disseminação seletiva da informação que considera a diversidade dos seus consulentes?		X		

Fonte: Adaptado de Nicoletti (2010); NBR 9050:2015; Sasaki (2011)

Na categoria **acessibilidade metodológica**, depreendemos com serviços de informação que não consideram a diversidade dos seus consulentes. Por esta razão, neste tópico chamamos atenção para um contexto de acessibilidade denominado por Sasaki (2011) de atitudinal. Tem o sentido de atitude, de agir, tornar operacional, observar quando há a existência de falsas soluções, ou seja, quando, existem evidências de se pensar em pessoas com deficiência, mas a solução encontrada não satisfaz às necessidades desses usuários (MAZZONI, *et. al.*, 2001). Desta maneira vamos apontar neste tópico o papel / atitude do bibliotecário frente às demandas de acessibilidade dentro da unidade que ele comanda.

Visto que o mercado passou a requisitar do gestor da informação conhecimento mais extensivo e habilidades frente as novas demandas da sociedade, de modo que precisa estar atualizado referente às questões de acessibilidade, ter conhecimento sobre as legislações vigentes relacionadas à temática; inteirar-se das TA que promovem o acesso e uso à informação; conhecer os custos de implementação das TA; manter contato com Organizações Não-Governamentais (ONGs); buscar conscientizar sua equipe de trabalho sobre as questões de inclusão e diversidade humana; procurar captar recursos para investir na capacitação da equipe e dos usuários sobre TA; apresentar soluções aos possíveis problemas que surgem no acesso a informação; designar colaboradores que têm perfil adequado para atender aos usuários; funcionários responsáveis pelo atendimento devem respeitar as diferenças; buscar

treinamento e cursos para os atendentes da biblioteca; determinar atendimento preferencial no balcão de atendimento (respeitando a opção das mesmas); oferecer atendimento natural aos usuários; permitir a entrada de cão-guia que acompanha usuário com limitação visual; dispor pelo menos de um funcionário intérprete de Libras; também de um funcionário capacitado para ler e escrever Braille e por último realizar avaliações de seus serviços e produtos, a fim de torná-los acessíveis a todos.

Todas essas sugestões são fundamentais para promover ambientes informacionais acessíveis às pessoas com deficiência, medidas sustentáveis para transformar os espaços em ambientes de inclusão social, cultural e informacional para pessoas com e sem deficiência, o que de modo consequente traz a possibilidade de reduzir a desigualdade e, por seguinte a contribuição de uma sociedade democrática e com relações de paridade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo, de mapear as ações necessárias para que a biblioteca universitária da Universidade Regional do Cariri, campus Pimenta, se torne um espaço de inclusão nas instâncias do ensino superior, levando em conta as barreiras arquitetônicas, limitações nas comunicações, no acesso à informação e nas questões de eliminação de obstáculos nos métodos e técnicas de estudo e trabalho, assim como nas ações culturais, artísticas, sociais e nas questões familiares, foi alcançado. Através do diagnóstico elaborado por meio do instrumento de coleta de dados, observamos que a biblioteca da Universidade Regional do Cariri possui raros elementos colaborativos à acessibilidade de pessoas com deficiência.

Percebemos que a primeira limitação enfrentada pelos consulentes com deficiência ou mobilidade reduzida é o deslocamento até a instituição de ensino. Apenas uma empresa de transporte coletivo disponibiliza ônibus adaptados. Se a opção é usar um veículo próprio, a universidade também não dispõe de um estacionamento próprio e da maneira que ocorre, na via pública não oferece vagas reservadas e o percurso do “estacionamento” até a unidade de informação é repleto de desníveis, calçadas sem rebaixamento, degraus e escadas que não sempre estão associados a rampa. Após a análise observacional, conclui-se que acessibilidade física é deficiente, reflexo de um prédio construindo há três décadas, época na qual pensavam que pessoas com deficiência não poderiam vir a utilizar estes espaços.

Se a acessibilidade carrega o ideal de acesso para todos, as construções devem permitir a interação das mais diversas pessoas por meio do conceito de desenho universal que agrega serviços, espaço, mobiliário e produtos construídos para atender todas as necessidades.

Do levantamento sob a óptica da acessibilidade comunicacional, à informação e metodológica, inferimos que a biblioteca não está apta para receber pessoas com deficiência, pois não considera a sinalização, seus serviços não estão direcionados e seu corpo de funcionários não está qualificado para atender de maneira eficiente e eficaz pessoas com deficiência visual, física, auditiva e intelectual. E principalmente, no que tange aos recursos tecnológicos, a inexistência de computadores com TA e, ainda acervo desatualizado com apenas três obras em formato Braille.

Diante desse quadro, infelizmente não é errôneo afirmar que, a biblioteca está longe de oferecer acessibilidade os estudantes com deficiência, o que nos impele a indicar soluções urgentes nos produtos, serviços e informações que estão sendo disponibilizadas ainda de forma inacessível.

Todavia, acreditamos que a cruciante realidade observada na URCA, campus Pimenta, poderá estar sendo observada em outras unidades de informação de IES, como também em escolas de ensino médio e fundamental. O trabalho atestou a existência de inúmeras leis e normas que asseguram os direitos das pessoas com deficiência, mas que não são colocadas em práticas totalmente. E assim as pessoas com deficiência continuam enfrentando dificuldades na hora de conviver socialmente, não só por encontrarem preconceitos e estigmas, mas justamente pela carência de políticas públicas efetivas de transporte, educação, saúde moradia. A falta de acesso a direitos básicos inibi a sua participação e reduz sua condição de cidadania.

Logo, a inclusão social por meio da igualdade de oportunidade no acesso à informação é fundamental às pessoas com deficiência, assim como para outros grupos. Por isso, as unidades de informação precisam oferecer atendimento igualitário para seus usuários com serviços, produtos, infraestrutura, mobiliário e equipamento compatíveis às suas necessidades.

Na esfera do ensino superior, a biblioteca universitária acessível deve se tornar uma realidade em todas as regiões do país por meio de um projeto a médio e longo prazo em conjunto com órgãos competentes. Um desafio que merece o envolvimento de todos, pois a acessibilidade é uma via de mão dupla, onde sujeitos com e sem deficiência serão contemplados.

Por fim, acreditamos que as discussões levantadas contribuam para o cenário social e análise da temática exposta, a propósito levantamos a necessidade da formação de bibliotecários para lidar com as questões de acessibilidade, desta forma, pensamos que o instrumento de coleta de dados elaborado na pesquisa, possa servir como base para novos estudos dentro desse tema, que se configura como essencial na sociedade atual.

REFERÊNCIAS

ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. **NBR 16537**: Acessibilidade, sinalização tátil no piso, diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_i_magens-filefield-description%5D_168.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

_____. **NBR 14022**: Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_25.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

ANZOLIN, Heloisa Helena; CORRÊA, Rosa Lydía Teixeira. Biblioteca universitária como mediadora na produção de conhecimento. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v.8, n.25, set. /dez. 2008. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=2448&dd99=view>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 22 ago. 2016.

_____. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 22 ago. 2016.

_____. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limites. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>. Acesso em: 23 ago. 2016.

_____. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 out. 1989. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em: 23 ago. 2016.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 dez. 2000. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 23 ago. 2016.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 23 ago. 2016.

_____. Portaria Normativa nº 14, de 24 de abril de 2007. **Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior**. Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial -SEESP e Secretaria de Educação Superior-SESU, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=557&Itemid=30>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

BERSCHE, Rita; TONOLLI, José Carlos. **Introdução ao Conceito de Tecnologia Assistiva e Modelos de Abordagem da Deficiência**. Bengala Legal, 2006, disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/tecnologia-assistiva>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada. **A socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

CEARÁ. Decreto nº 18.136, de 16 de setembro de 1986. Aprova o Estatuto da Universidade Regional do Cariri – URCA. **Diário oficial [do] Estado do Ceará**, Fortaleza, CE, 16 set. 1986. Disponível em:

<<http://www.urca.br/textos/s1/AdmSup/deliberacaoSup/EstatutoURCA.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

CRESPO, Isabel Merlo; RODRIGUES, Ana Vera Finardi; MIRANDA, Celina Leite. **Bibliotecas universitárias e as fontes de informação eletrônica: o bibliotecário e as novas demandas.** In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2006. Salvador. Anais. Salvador: UFBA, 2006.

EMMANUELLI, Mara Neide. **Acessibilidade Física em Bibliotecas Universitárias: um direito de todos.** Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Bibliotecas Universitárias). 83p. Porto Alegre. UFRGS, 2009.

GROGAN, Denis Joseph. A prática do serviço de referência. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KOTLER, Philip. **Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados.** 11. ed. São Paulo: Editora Futura, 2002.

LAZZARIN, Fabiana Aparecida. **De olho no OPAC da biblioteca universitária: avaliação sobre e-acessibilidade e arquitetura da informação para Web com a interação de usuários cegos.** 2014. 224 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

MACHADO, Marli; BLATTMANN, Úrsula. A biblioteca universitária e sua relação com o projeto pedagógico de um curso de graduação. **BIBLOS** - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 25, n. 1, p. 09-20, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.brapi.ufpr.br/documento.php?dd0=0000011556&dd1=26b61>> Acesso em: 05 out.2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAZZONI, Alberto Angel. et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n2/6209>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

MELO, Amanda Meincke. Acessibilidade e design universal. In: PUPO, Deise Tallarico (Org.). et al. **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. Cap. 3, p.17-20.

MORIGI, José Valdir; SOUTO, Luzane Ruscher. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v.10, n.2, p. 189-206, jan./dez., 2005. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/432/551>>. Acesso em 29 nov. 2016.

MOTA, Francisca Rosaline Leite; JOB, Ivone. **O treinamento de usuários no contexto informacional contemporâneo**. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, XIII, 2004, Natal. Anais do XIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, Natal, UFRN, 2004.

NICOLETTI, Tamini Farias. **Checklist para Bibliotecas: um instrumento de acessibilidade para todos**. Monografia. 98p. Porto Alegre. UFRGS, 2010.

OLIVEIRA, Nirlei Maria. A biblioteca das instituições de ensino superior e os padrões de qualidade do MEC: uma análise preliminar. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, 207-221, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/409/221>>. Acesso em: 22 set. 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Freevale, 2013. 277p.

RIBAS, Cláudia S. da Cunha; ZIVIANI, Paula. O profissional da informação: rumos e desafios para uma sociedade inclusiva. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.17, n.3, p.47-57, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/638/1614>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

SAMPAIO, Maria Imaculada Cardoso.; MORESCHI, Erica Beatriz Pinto. Dsi - disseminação seletiva da informação: uma abordagem teórica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 23, n. 1/4, p. 38-57, 1990. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/2801>>. Acesso em: 03 dez.2016.

SANTA ANNA, Jorge; PEREIRA, Gleice; BORGES, Helba Aparecida. As bibliotecas públicas e os serviços de informação utilitária: o caso da biblioteca pública do estado do Espírito Santo. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 211-224, maio./ago., 2015. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/987/pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

SANTOS, Marivaldina Bulcão dos. **Biblioteca Universitária: acesso à informação e conhecimento**. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, XVII, 2012, Gramado. Anais, Gramado: UFRGS, 2012.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Conceito de Acessibilidade**. Escola da Gente, 2011, disponível em: <<http://www.escoladegente.org.br/noticiaDestaque.php?id=459>>. Acesso em: 04 set. 2016.

_____, Romeu Kazumi. **Terminologia**. Escola da Gente, disponível em: <<http://www.escoladegente.org.br/terminologia.php>>. Acesso em: 04 set. 2016.

SCHMIDT, Ione da Silva Severo. **Marketing em Bibliotecas Universitárias: o caso da UFRGS**. 2004. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SILVA, Hugo Oliveira Pinto e.; BARBOSA, Josué Sales. A relação deficiente visual e a biblioteca universitária: a experiência do Centro de Atendimento ao Deficiente Visual - CADV da Universidade Federal de Minas Gerais. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v.1, n.1, p.1, mar.2011. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/1222/826>>. Acesso em: 10 set.2016.

SILVA, Otto Marques da. **Epopeia ignorada**. Edição de Mídia. São Paulo: Editora FASTER, 2009.

SILVEIRA, Júlia Gonçalves da. **Biblioteca inclusiva?: repensando barreiras de acesso aos deficientes físicos e visuais no sistema de Bibliotecas da UFMG e revendo a trajetória institucional na busca de soluções**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11., 2000, Florianópolis. Anais eletrônicos. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. Disponível em: <www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/bibliotecainclusiva.pdf>. Acesso em: 01 dez.2016.

SILVEIRA, Nalin Ferreira. **A evolução das Bibliotecas Universitárias: information commons**. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.19, n.1, p. 69-

76, jan./jun., 2014. Disponível em:

<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/923/pdf_88>. Acesso em: 23 nov. 2016.

SONZA, Andréa Polleto; et al. (Org.). Tecnologia Assistiva e Software Educativo. In: **Acessibilidade e tecnologia assistiva: pensando a inclusão sociodigital de pessoas com necessidades especiais**. Andréa Poletto Sonza (Org.); et al. Bento Gonçalves: Sem Editora, 2013, p. 199-305.

SOUZA, Mônica Sena; et al. Acessibilidade e Inclusão Informacional. **Informação & Informação**, Londrina, v. 18, n.1, p.1 – 16, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/12173/pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

STROPARO, Eliane Maria; MOREIRA, Laura Ceretta. **Acessibilidade Informacional na Biblioteca Universitária: em foco o aluno com deficiência**. In: Reunião Científica Regional da ANPED, XI, 2016. Curitiba. Anais. Curitiba: UFPR, 2016.

TORRES, Elizabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel.; ALVES, João Bosco da Mota. A acessibilidade à informação no espaço digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v.31, n.3, p 83-91, set/dez. 2002. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652002000300009>. Acesso em: 23 set. 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

VIVARTA, Veet (Org.). **Medios de comunicación y discapacidad: análisis periodístico desde la óptica de los derechos del niño**. Brasília: Agência de Notícias dos Direitos da Infância e Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 160-165.

WERNECK, Cláudia. Integração ou Inclusão? Conceitos básicos para usar este manual. In: **Manual da mídia legal: jornalistas e publicitários mais qualificados para abordar o tema inclusão de pessoas com deficiência na sociedade**. Rio de Janeiro: WVA, 2002, pág 16 a 17.

APÊNDICE – Instrumento de diagnóstico das condições de acessibilidade da biblioteca universitária URCA, campus Pimenta

CATEGORIAS PARA DIAGNÓSTICO		S	N	P	N/A
1	ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA				
1.1	Entorno da Biblioteca				
1.1.1	Existe no entorno da biblioteca, transporte público acessível com linhas de ônibus adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida?				
1.1.2	As paradas de ônibus possuem faixas de pedestres com sinalização sonora ou visual?				
1.1.3	O caminho entre a biblioteca e o ponto de embarque é livre de obstáculos e apresenta boas condições de tráfego?				
1.2	Estacionamento da Biblioteca				
1.2.1	O estacionamento da biblioteca dispõe de vagas reservadas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida?				
1.2.2	As vagas de estacionamento possuem sinalizações do tipo vertical e horizontal?				
1.2.3	As sinalizações do tipo vertical e horizontal atrapalham o acesso ao veículo?				
1.2.4	As vagas para estacionamento de veículos conduzidos por pessoas com deficiência ou que seja conduzido por terceiros, mas que levem pessoas com deficiência, tem sinalização vertical?				
1.2.5	As vagas para estacionamento de veículos conduzidos por pessoas com deficiência ou que seja conduzido por terceiros, mas que levem pessoas com deficiência conta com um espaço adicional de circulação com no mínimo 1,20 m de largura, quando afastadas da faixa de travessia de pedestres?				
1.2.6	Quando da impraticabilidade de se executar rota acessível entre o estacionamento e acessos, há vagas de estacionamento previstas em outro local para pessoas com				

	deficiência e para pessoas idosas, a uma distância máxima de 50 m até um acesso acessível?				
1.2.7	As vagas de estacionamento são situadas em piso plano vinculadas à rebaixamento da calçada e rampas para auxiliar o acesso de pessoas com cadeiras de rodas e mobilidade reduzida?				
1.2.8	As rotas que interliga as vagas do estacionamento à biblioteca são livres de obstáculos, como buracos e degraus?				
1.3	Entrada				
1.3.1	Caso a entrada disponha de obstáculos físicos, como degraus ou escada, a biblioteca oferece uma entrada alternativa com rampa de acesso ou elevador?				
1.3.2	Se a entrada da biblioteca tem dispositivos de segurança e para controle de acesso, do tipo catracas, cancelas, portas ou outros, pelo menos um deles em cada conjunto são acessíveis, garantindo ao usuário o acesso, manobra, circulação e aproximação para o manuseio do equipamento com autonomia?				
1.3.3	A porta da entrada principal dispõe de um vão livre de 0,80 m e de altura de 2,10 m?				
1.3.4	A porta da entrada principal da biblioteca apresenta dificuldades para serem abertas?				
1.3.5	A altura das maçanetas está entre 0,80 m e 1,10 m do piso e, são do tipo de alavanca?				
1.4	Pisos				
1.4.1	Os materiais de revestimento do piso da biblioteca apresentam uma superfície uniforme, firme, estável, sem trepidações para equipamentos com rodas?				
1.4.2	Os materiais de revestimento do piso apresentam uma superfície antiderrapante nas condições seco e molhado?				
1.4.3	Os pisos não podem ter estampas ou cores fortes que provoque reflexos excessivos?				

1.4.4	Objetos como capachos, forrações, carpetes, tapetes e similares estão presentes nas rotas acessíveis?				
1.4.5	Pisos têm sinalização tátil e visual detectável pelo contraste tátil e pelo contraste visual?				
1.5	Rampas, escadas e degraus				
1.5.1	Em caso da existência de degraus ou escadas em rotas acessíveis, estes são associados a rampas?				
1.5.2	Em caso da existência de degraus, escadas e rampas, estes são associados a instalação de corrimãos em rampas e escadas, em ambos os lados?				
1.6	Sanitários				
1.6.1	Se a unidade de informação dispõe de sanitários para seus consulentes, estes são acessíveis às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida?				
1.6.2	Se a unidade de informação dispõe de sanitários para seus consulentes, eles são de uso preferencial e estabelece-se em rota acessível, ou seja, um trajeto contínuo, sem obstruções e são devidamente sinalizados?				
1.6.3	Os sanitários estão em uma distância de 50 m de qualquer ponto da edificação?				
1.6.4	Se a unidade de informação dispõe de sanitários para seus consulentes, eles possuem entrada independente, de modo a possibilitar que a pessoa com deficiência possa utilizar a instalação sanitária acompanhada de uma pessoa do sexo oposto?				
1.7	Mobiliários e equipamentos				
1.7.1	Balcão de Atendimento ao Usuário				
1.7.1.1	Os balcões de atendimento ao usuário são acessíveis?				
1.7.1.2	Os balcões de atendimento ao usuário são devidamente sinalizados em local de rota acessível?				
1.7.1.3	Os balcões de atendimento ao usuário garantem um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal e				

	circulação adjacente que admita giro de 180° a pessoas em cadeiras de rodas?				
1.7.1.4	Os balcões de atendimento ao usuário possuem superfície com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m a 0,85 m do piso acabado, assegurando-se largura livre mínima sob a superfície de 0,80 m?				
1.7.2	Mesas ou Superfícies de Trabalho e Estudo				
1.7.2.1	As mesas ou superfícies de trabalho e estudo estão dispostas em rota acessível identificadas e organizadas ao longo de todo o espaço?				
1.7.2.2	As mesas ou superfícies de trabalho e estudo garantem um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal e circulação adjacente que admita giro de 180° a pessoas em cadeiras de rodas?				
1.7.2.3	As mesas ou superfícies de trabalho e estudo tem um tampo com largura mínima de 0,90 m e altura entre 0,75 m e 0,85 m do piso e largura mínima sob superfície de 0,80 m?				
1.7.2.4	As mesas ou superfícies de trabalho e estudo tem altura livre sob o tampo de no mínimo 0,73 m, com profundidade livre mínima de 0,50 m, de modo que a pessoa com cadeira de rodas tenha a possibilidade de avançar sob a mesa ou superfície?				
1.7.2.5	Pelo menos 5% uma das mesas são acessíveis e, além disso, pelo menos 10% são adaptáveis para acessibilidade?				
1.7.3	Computadores/terminais de consulta				
1.7.3.1	Pelo menos um terminal de consulta é acessível e pelo menos 10% são adaptáveis para acessibilidade?				
1.7.3.2	Elementos como sala, mobiliário, partes integrantes do computador e seus periféricos são acessíveis?				
1.7.4	Espaços internos da biblioteca				
1.7.4.1	As dimensões internas e mobiliário permitir a mobilidade de todas as pessoas, com acessórios de mobilidade?				

1.7.4.2	O espaço entre estantes é de no mínimo 0,90 m de largura?				
1.7.4.3	Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, há um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas?				
1.7.4.4	Altura das estantes é de no máximo 1,20 m para alcance manual confortável?				
2	ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL				
2.1	Há sinalização informativa e direcional da localização de entradas acessíveis da biblioteca?				
2.2	Há a sinalização informativa do horário de funcionamento e outras informações afixadas logo na entrada da unidade de informação?				
2.3	A biblioteca conta com sinalização direcional para indicar o percurso e distribuição de setores e elementos?				
2.4	Há sinalização para indicar a área de atendimento dos usuários?				
2.5	Há sinalizações das estantes quanto aos assuntos?				
2.6	Se a biblioteca conta com elevadores, estes indicam os andares em Braille e voice dispositivo que adverte o andar que se encontra o elevador?				
2.7	Há sinalização tátil para localizar portas, cômodos, salas, batentes e para orientar as pessoas com deficiência visual de situações de riscos, tais como: escadas fixas e rolantes, rebaixamentos, rampas e elevadores?				
2.8	Os espaços e serviços acessíveis da biblioteca são devidamente indicados pelo símbolo internacional de acesso, fixados em local visível ao público?				
2.9	Os equipamentos e serviços existentes na biblioteca destinados às pessoas com deficiência visual são devidamente apontados como o símbolo internacional de pessoa com limitação visual, como indicado na Figura 4?				
2.10	Os locais e equipamentos designado para pessoas com				

	deficiência auditiva são indicados pelo símbolo internacional da pessoa com deficiência auditiva, conforme figura 5?				
2.11	A biblioteca e o prédio na qual ela se aloca apresentam símbolos complementares indicando as facilidades existentes no prédio?				
2.12	Se a biblioteca dispuser de sanitários acessíveis, eles são identificados pelas sinalizações, como mostrado na figura 8?				
3	ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO				
3.1	O acervo da biblioteca conta com obras em libras?				
3.2	O acervo da biblioteca conta com obras em formato braile?				
3.3	A biblioteca apresenta algum instrumento de Tecnologia Assistiva, usados para manter e facilitar as capacidades funcionais das pessoas com deficiência?				
3.4	O acervo físico está em formato digital para que possa ser processada por sistemas de leitura, ampliação de tela e versão sonora?				
3.5	As obras com gráficos, tabelas e imagens estão disponibilizadas na versão visual ampliada, sonora e tátil?				
3.6	Arquivos em áudio dispõem de um exemplar em texto para permitir sua edição em tipos ampliados, Braille, caracteres com relevo?				
3.7	O acervo digital da biblioteca está acessível por diferentes dispositivos, seu catálogo informatizado se configura obrigatório apresentar acessibilidade digital aos usuários por leitores de tela, respeitando diretrizes nacionais e internacionais de acessibilidade, bem como possibilidade de inversão de cores?				
3.8	Em relação aos serviços de atendimento ao usuário oferecem consultas e respostas por variados meios de comunicação?				
4	ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA				
4.1	Os serviços de referência são prestados considerando a especificidade de cada usuário?				

4.2	A biblioteca dispõe de um programa de treinamento de usuários, que considera a necessidade de cada usuário?				
4.3	Há um serviço de informação utilitária que considera a diversidade dos usuários?				
4.4	A biblioteca possui um serviço de disseminação seletiva da informação que considera a diversidade dos seus consulentes?				

Fonte: Adaptado de Nicoletti (2010); NBR 9050:2015; Sasaki (2011)